

#### Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Valder Steffen Júnior Reitor

### Instituto de Economia e Relações Internacionais - IERI

Vanessa Petrelli Côrrea Diretora

## Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES

Rick Humberto Naves Galdino Coordenador

#### **Relatores**

Volume 1 - Luiz Bertolucci Júnior

Volume 2 - Alanna Santos de Oliveira

Volume 3 - Marlene Marins de Camargos Borges e

Ester William Ferreira

Volume 4 - Ana Alice B. P. Damas Garlipp

Volume 5 - Carlos José Diniz

Volume 6 - Rick Humberto Naves Galdino

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos relatores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do CEPES/IERIUFU. É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais não são permitidas.

#### Citação da Seção 1 deste volume:

CAMARGOS BORGES, Marlene Marins de. A Dinâmica do Mercado de Trabalho Formal no Brasil e nos Municípios Selecionados. In: Dinâmica Socioeconômica de municípios selecionados: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Juiz de Fora (MG), Londrina (PR), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG). Uberlândia: CEPES/IERIUFU, V. 3, fevereiro de 2018. 27 p. Disponível em: <a href="http://www.ie.ufu.br/CEPES">http://www.ie.ufu.br/CEPES</a>.

### Citação da Seção 2 deste volume:

FERREIRA, Ester William. Estabelecimentos Empregadores Formais nos Municípios Selecionados. In: Dinâmica Socioeconômica de municípios selecionados: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Juiz de Fora (MG), Londrina (PR), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG). Uberlândia: CEPES/IERIUFU, V. 3, fevereiro de 2018. 25 p. Disponível em: <a href="http://www.ie.ufu.br/CEPES">http://www.ie.ufu.br/CEPES</a>

# Apresentação

A Pesquisa Dinâmica Socioeconômica de Municípios selecionados: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Juiz de Fora (MG), Londrina (PR), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG) apresenta, nesta edição, um panorama do diferenciado processo de desenvolvimento demográfico, social e econômico experimentado por estes municípios selecionados, em regiões e estados tão distintos, mas que apresentam em comum um porte populacional próximo - todos têm mais de 500 mil habitantes conforme o Censo Demográfico do Brasil de 2010 (IBGE, 2010). Os resultados da pesquisa são apresentados em seis volumes organizados por áreas de estudo e análise.

No Volume 1, intitulado Similaridades e Diferenças Demográficas em Municípios Polos: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Londrina (PR), Juiz de Fora (MG), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG), apresenta-se uma análise comparativa entre um conjunto de variáveis demográficas que explicitam as mudanças que ocorreram na dinâmica demográfica nos municípios selecionados, bem como nos estados dos quais integram, refletindo as importantes alterações observadas, nas últimas décadas, no padrão de crescimento populacional brasileiro. Destaca-se a dinâmica demográfica resultante do tamanho da população residente, forjando diferentes performances experimentadas pelos municípios, seja no ritmo de crescimento ou na composição da população urbana e rural, desagregadas por idade e sexo. As seções que integram o estudo, de igual maneira, sinalizam que, nas próximas décadas os municípios comparados, assim como o País, estarão se beneficiando de uma rara janela de oportunidade demográfica, bem como também poderão ser pressionados por intensos fluxos migratórios seletivos por idade e sexo, em busca de emprego e educação nos municípios polos. Deve-se, portanto, implementar e fortalecer as políticas publicas inclusivas da população jovem e adulta nos sistemas de educação média e superior, bem como impulsionar ações que dinamizem o mercado de trabalho formal para uma situação de pleno emprego e com melhores salários, garantindo renda que retire da pobreza o expressivo contingente populacional em idades ativas, ou que já se aproximam das mesmas, possibilitando que o País, como um todo, se beneficie de um bônus demográfico somente atingível ao longo deste Século XXI.

O Volume 2 propõe uma análise do Produto Interno Bruto (PIB) e seu componente, o Valor Adicionado Bruto (VAB), com vistas a proporcionar uma apreensão da dinâmica produtiva nos municípios selecionados, ao longo do período 2002-2015. A escolha do período em questão se deu por razões metodológicas que são devidamente explicitadas na introdução do referido trabalho. De um modo geral, pode-se afirmar que o produto cresceu de forma célere e significativa nos anos 2000, e também nos anos iniciais da segunda década (2010, 2011 e 2012). Verificou-se, por meio dos dados trabalhados, que esse crescimento econômico que se observa na economia brasileira foi reproduzido, em maior ou menor grau, no âmbito dos municípios selecionados. A dinâmica de crescimento produtiva dos municípios foi acompanhada de um processo relevante de redução das desigualdades econômicas, por meio da diminuição da concentração da renda, até o momento final considerado na análise. Em termos setoriais, observou-se que historicamente os municípios selecionados têm suas raízes tipicamente assentadas sob a atividade agropecuária, e que hoje, apesar da importância deste setor em associação com a indústria, sua participação no valor adicionado é a menor. Chama-se atenção para a importância inequívoca do setor de serviços, sendo este o que apresentou maior participação no VAB em todos os municípios selecionados, e tendo sido também o que evidenciou uma trajetória relativamente mais estável ao longo do período, com menores incidências de retrações.

O Volume 3 apresenta uma caracterização dos seis municípios selecionados no que tange à dinâmica do mercado de trabalho formal e à distribuição dos estabelecimentos empregadores formais, utilizando as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esse volume está dividido em duas seções. Na primeira seção, intitulada "A Dinâmica do Mercado de Trabalho Formal no Brasil e nos Municípios Selecionados", são analisados os dados de estoque de emprego (vínculos ativos em 31/12) de modo geral, comparando-se as informações municipais com as do Brasil e com as dos estados de origem dos municípios estudados, no período 2000 a 2016. De forma mais detalhada, são evidenciados os vínculos empregatícios segundo os setores de atividade econômica, o tipo de vínculo ativo e o tamanho dos estabelecimentos. A variação do estoque de emprego formal no País e nos municípios selecionados demonstra que a evolução do número de postos de trabalho teve ritmos diferenciados durante o período analisado e que, a partir de 2010, encerra-se o período de vigor, e o mercado de trabalho passa a apresentar sinais claros de desaceleração do crescimento do emprego formal, culminando com o aprofundamento da crise, em todos os municípios. No âmbito setorial, ainda que o ritmo de crescimento diferenciado seja comum na maioria dos setores, os números evidenciam que o setor serviços e o comércio se destacam, em todos os anos analisados, com as maiores participações relativas no total das ocupações geradas. Com preponderância dos vínculos celetistas e estatutários, embora sejam crescentes os vínculos tidos como avulsos, temporários e aprendizes, os empregados formais se concentram, em sua maior parte, nos estabelecimentos de menor porte (até 99 empregados), destacando-se, no entanto, um aumento do número de empregados ligados às empresas de maior porte relativamente às demais no período considerado.

A segunda seção do Volume 3 – "Estabelecimentos Empregadores Formais nos Municípios Selecionados" - tem o objetivo de verificar como se encontra a distribuição do quantitativo de estabelecimentos formais nos seis municípios em estudo, segundo os setores e subsetores de atividade econômica e tamanho dos estabelecimentos, no período 2000 a 2016. No quadro geral da variação do número de estabelecimentos verifica-se que as mudanças na dinâmica da atividade econômica do País impactaram de forma diferenciada cada município enquanto alguns iniciaram os anos 2000 com taxas de crescimento anuais mais elevadas, outros registraram taxas mais modestas. Contudo, foi comum, em quase todos os municípios, a manifestação de ritmo mais acelerado de crescimento entre os anos 2007 e 2010, seguindo-se uma trajetória de desaceleração a partir de 2011, que culminou na redução no número de estabelecimentos nos anos 2015 e 2016. A distribuição dos estabelecimentos formais segundo os setores e subsetores de atividade econômica mostrou que, em quase todos os municípios selecionados, os setores que mais concentram as firmas são Comércio e Serviços, abrangendo ampla gama de atividades que acabam por exercer importante polarização sobre os municípios circunvizinhos. No que tange ao tamanho dos estabelecimentos, predominam aqueles com até 19 empregados, o que evidencia a crescente importância dos estabelecimentos menores no âmbito da empregabilidade nos municípios estudados.

O Volume 4 apresenta um panorama do comércio internacional dos seis municípios selecionados a partir da base de dados Estatísticas de Comércio Exterior da Secretária de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços (MDIC), nos anos de 2000 a 2016. Esses resultados registram o volume das trocas externas dos municípios de Campo Grande, Feira de Santana, Juiz de Fora, Londrina, Ribeirão Preto e Uberlândia, reflexo dos negócios realizados pelas empresas exportadoras e importadoras localizadas nos respectivos municípios. Tais informações ressaltam as diferenças nos perfis das exportações dos municípios selecionados, que variam de commodities agrícolas, predominante nas exportações de Campo Grande, Londrina e Uberlândia, até bens industrializados, que lideram a pauta das exportações de Feira de Santana, Juiz de Fora e Ribeirão Preto. Bem como, identificam os principais produtos importados por esses municípios, cujos resultados predominam os insumos e componentes que se correlacionam com suas respectivas exportações. Ainda, registram-se o comportamento da Balança Comercial dos respectivos municípios, ao longo do período de 2000 a 2016, cujos resultados chamam especial atenção para o município de Juiz de Fora, por apresentar balança deficitária em todos os anos do período analisado, em contra posição aos resultados do município de Uberlândia, que apresenta saldo comercial positivo nestes mesmos anos.

No Volume 5 é apresentada a evolução dos dados orçamentários a partir de dados do "FINBRA - Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios - STN", no período de 2000 a 2015, para a média de todos os municípios do País e para os municípios selecionados. Diante da multiplicidade de subcontas que compõem os orçamentos públicos, por simplificação, foram selecionadas as mais representativas e importantes nos orçamentos dos municípios, com o intuito de verificar o comprometimento dos municípios com os principais grupos de despesas, assim como as principais fontes de financiamento através das receitas. Assim como os demais volumes do trabalho o período analisado compreende os anos de 2000 a 2015. Período este marcado por grandes transformações na economia nacional, quando os dados financeiros municipais públicos captam essas transformações, seja nos momentos de aumento dos recursos e, por conseguinte das despesas, sugerindo momentos de expansão de bens e serviços à sociedade, seja nos momentos de retração, quando as despesas tendem também a acompanhar as restrições. De forma geral, ao longo do período analisado nota-se que todos os municípios selecionados apresentam aumentos da Receita Orçamentária Realizada e das Despesas Orçamentárias Empenhadas, bem como a média dos municípios do país, em valores reais (ajustados pelo IPCA).

O Volume 6 foi elaborado para subsidiar as comparações entre os municípios brasileiros de Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Juiz de Fora (MG), Londrina (PR), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG), grupo formado por municípios com mais de 500 mil habitantes e que sofreram nos últimos anos redução em suas receitas per capita. Além da redução das receitas por habitante, esses seis municípios compartilham ainda o fato de serem polos regionais e neles residirem uma população vulnerável socialmente, dependente, portanto, da prestação de serviços destas prefeituras. Como no Volume 5, "Finanças Públicas Municipais – Análises Comparativas", nesta parte do relatório fez-se a deflação dos dados referentes às receitas e despesas públicas dos municípios para o período compreendido entre 2000 e 2015, a partir do Índice de Preços ao

Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia (IPCA/IBGE) . Em seguida, a partir da estatística descritiva, analisam-se tais informações, observando a evolução das contas públicas dos municípios, ao longo do período.

As análises apresentadas em todos os volumes, de forma geral, têm em comum o olhar para os municípios, a partir dos diferentes aspectos alcançados pelos dados selecionados. Assim, considera-se este trabalho como a conclusão da primeira etapa de retomada de contato de uma série de variáveis municipais que o Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) tem trabalhado em diferentes momentos de sua história, cumprindo seu principal objetivo, qual seja de compreender a realidade dos municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto-Paranaíba (TMAP) com destaque para município de Uberlândia.

# Sumário

# Volume 3

# Mercado de Trabalho Formal e Estabelecimentos Empregadores

Ι.	- A Dinâmica do Mercado de Trabalho Formal no Brasil e nos Municípios Selecionados	. 9
	1 - Introdução	. 9
	2- A Dinâmica do Emprego Formal no Brasil e nos Municípios Selecionados, nos anos de 2000 a 201	
	3 - Análise Setorial da Evolução do Emprego Formal nos Municípios Selecionados- 2000, 2010 e 201	
	4 - O Emprego Formal nos Municípios Selecionados segundo o Tipo de Vínculo Ativo, nos anos 200 2010 e 2016	
	5 - Evolução do Emprego Formal nos Municípios Selecionados segundo o Tamanho dos Estabelecimentos, nos anos 2000, 2010 e 2016	30
	6 - Considerações Finais	34
II	- Estabelecimentos Empregadores Formais nos Municípios Selecionados	36
	1 - Introdução	36
	2 - Análise Geral da Evolução do Número de Estabelecimentos Formais no Brasil e nos Municípios Selecionados, nos anos 2000 a 2016	37
	3 - Estabelecimentos Formais segundo os Setores e Subsetores de Atividade Econômica	44
	4 - Tamanho dos Estabelecimentos Formais	56
	5 - Considerações Finais.	60

# I - A Dinâmica do Mercado de Trabalho Formal no Brasil e nos Municípios Selecionados <sup>1</sup>

Marlene Marins de Camargos Borges<sup>2</sup>

### 1 - Introdução

À luz do cenário econômico e social vivenciado pela economia brasileira nos últimos anos, o objetivo desta seção é analisar a dinâmica do mercado de trabalho formal no Brasil e nos municípios selecionados: Campo Grande-MS, Feira de Santana-BA, Juiz de Fora-MG, Londrina-PR, Ribeirão Preto-SP e Uberlândia-MG³, no ano de 2000 e no período 2010 a 2016. Ao mesmo tempo, pretende-se comparar o comportamento de algumas variáveis dos municípios às do País. Ressalta-se que este trabalho, conforme demonstrado na apresentação metodológica, confere particular ênfase para municípios que possuem semelhante porte populacional, e busca dar continuidade aos trabalhos e pesquisas regionais realizados pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES), órgão vinculado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Cabe destacar que as análises aqui realizadas utilizam-se da base de dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), a qual é disponibilizada anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e refere-se aos registros administrativos sistematizados dos estabelecimentos empregadores formais do País, por meio de declarações obrigatórias anuais. Assim, embora o período compreendido nesta análise tenha como foco o período atual de 2010 a 2016, os dados relativos ao ano 2000 são também apresentados, a fim de possibilitar a apreensão das transformações e/ou continuidades num interregno mais distante do período atual. Elege-se o ano de 2016 como período final de análise, tendo em vista que a RAIS 2016 é a base mais recente disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

<sup>1</sup> O levantamento dos dados para este trabalho contou com a colaboração da estagiária Mariana Amorim Rezende, aluna do curso de Relações Internacionais/ IERI/ UFU.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup>Doutora em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia e Economista/ Pesquisadora do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup>Mais informações sobre o município de Uberlândia ver as publicações "Painel de Informações Municipais de Uberlândia" disponíveis no site do CEPES/IERI: www.ie.ufu.br/CEPES.

Importante registrar que, embora as informações constantes e disponibilizadas nesse trabalho considerem apenas o período de 2000 a 2016, é possível obter, por meio da RAIS, as mesmas informações a partir de 1985<sup>4</sup>.

Para efeito deste estudo consideram-se os vínculos empregatícios declarados pelos empregadores e abrangidos pelo regime celetista de trabalho; regime estatutário; trabalhador avulso administrado pelo sindicato da categoria ou pelo órgão gestor de mão de obra para o qual é devido depósito de FGTS; trabalhador temporário regido pela Lei 6.019/1974; aprendiz nos termos do art.428 da CLT; trabalhador rural cujo contrato é regido pela Lei 5.889/1973; contrato de trabalho por prazo determinado regido pela Lei 9.601/1998; contrato de trabalho por tempo determinado regido pela Lei 8.745/1993 com redação dada pela Lei 9.849/1999; contrato de trabalho por prazo determinado regido por lei estadual; e contrato de trabalho por prazo determinado regido por lei municipal.

Considerando a análise do emprego em termos de vínculos ativos, conforme definido pela RAIS, como estoque de pessoas que se encontravam formalmente empregadas em 31/12, o presente trabalho foi estruturado em outras quatro subseções além dessa introdução. Na subseção 2, analisa-se a dinâmica do emprego formal<sup>5</sup> do Brasil e dos municípios no contexto mais geral, buscando apreender a sua evolução por meio do estudo das variações anuais e acumuladas e da participação do município no âmbito do seu Estado, na geração de emprego. Na segunda subseção 3 são enfatizadas as informações pertinentes ao município no que se refere à participação e ao comportamento do emprego na perspectiva setorial. Na subseção 4, a análise se dedica a apreender a distribuição do estoque de emprego por tipo de vínculo ativo, enquanto na subseção 5 busca-se identificar o movimento de distribuição dos trabalhadores formais ocupados, segundo o tamanho dos estabelecimentos que empregam, no âmbito dos referidos municípios. A análise dos vínculos de trabalho por setor tem como referência os setores de atividade econômica conforme classificação do IBGE: Administração Pública, Agropecuária<sup>6</sup>, Comércio, Construção Civil, Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços e Serviços Industriais de Utilidade Pública.

1

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup>As informações se referem ao mercado de trabalho formal em 31/12 de cada ano.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Entendido como o total de vínculos ativos em 31/12 de cada ano, conforme disponibilizado pelo RAIS.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup>Inclui a extração vegetal, caça e pesca.

# 2- A Dinâmica do Emprego Formal no Brasil e nos Municípios Selecionados, nos anos de 2000 a 2016

Quando se observa o comportamento da economia brasileira, nos anos de 2000 a 2010, com oscilações nas taxas de crescimento, mas com resultados positivos<sup>7</sup>, verifica-se que o mercado de trabalho no Brasil seguiu a mesma trajetória, apresentando um crescimento significativo, visível também no âmbito dos municípios selecionados (ver Tabela 1). Assim, considera-se que o comportamento positivo do mercado de trabalho esteve associado ao bom desempenho da atividade econômica<sup>8</sup>, o qual foi decorrente tanto de condições externas favoráveis como do crescimento do mercado interno.

Os estudos mostram que o comportamento positivo apresentado pelo mercado de trabalho, na última década, a partir do crescimento da parcela dos ocupados com carteira de trabalho e contribuintes do sistema de seguridade social, possibilitou importantes impactos para a população brasileira, destacando-se a expansão do salário real médio e da massa real de salários, a redução sistemática dos indicadores de pobreza, de desigualdade de renda e da taxa de desemprego, com consequente queda da taxa de informalidade<sup>9</sup>.

De acordo com o IBGE, por meio da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), de 2003 a 2013, o mercado de trabalho brasileiro passou por mudanças profundas, sendo, possivelmente, uma das mais importantes o fato de a taxa de desemprego ter passado de 12,3% para 5,4% no conjunto das principais regiões metropolitanas brasileiras, considerada a menor média anual histórica, de acordo com os dados da atual metodologia iniciada em março de 2002.

Porém, ao contrário do período anterior, nos primeiros seis anos da década atual, de 2011 a 2016, verifica-se que o País passa a apresentar baixas taxas de expansão da atividade econômica, com crescimento médio de apenas 0,34%,no período, e com impactos evidentes sobre o mercado de trabalho, que passa a apresentar queda no seu dinamismo; impactos esses evidenciados principalmente a partir de 2014, quando o número de vínculos de trabalho arrefece e/ou passa a apresentar taxas negativas de crescimento.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Ver BORGES, Marlene M. C. Pacto Territorial e Emprego na Indústria do Grande ABC Paulista (1990-2008). Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. 2010 (Tese de Doutorado).

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup>No período de 2001 a 2010, o crescimento anual médio da economia foi de aproximadamente 3,71%, acima do crescimento médio anual apresentado na década anterior, que foi de 2,6%.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Ver AMITRANO, Claudio. Considerações sobre o Mercado de Trabalho no Brasil. In: PETRELLI, Vanessa (org.). Padrão de Acumulação e Desenvolvimento Brasileiro. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2013.

Dessa forma, para compreender a trajetória do emprego nos anos 2011 a 2016 é importante analisar o comportamento dessas variáveis considerando o crescimento do mercado de trabalho na década anterior e a crise econômica e política vivenciada no período recente.

De acordo com a Figura 1 pode-se visualizar a localização dos municípios que foram selecionados para estudo no âmbito do País e também do seu Estado de origem, ao mesmo tempo em que é possível também identificar a evolução do quantitativo dos postos de trabalho nos respectivos municípios, nos anos de 2000, 2010 e 2016.

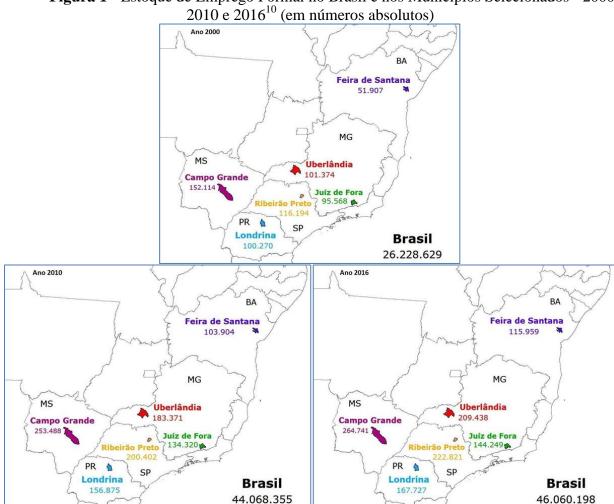


Figura 1 - Estoque de Emprego Formal no Brasil e nos Municípios Selecionados - 2000,

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

De forma mais detalhada, a análise da Tabela 1 permite verificar que, no Brasil, de acordo com dados da RAIS, a expansão da atividade econômica gerou impacto positivo no

<sup>10</sup> Registra-se a contribuição da pesquisadora Sarah Tavares Corrêa Cunha na construção dos mapas.

mercado de trabalho entre os anos de 2000 a 2010, evidenciando um período de auge, quando as taxas de geração de postos de trabalho formais eram significativas. Considerando os anos de 2000 e 2010, o Brasil teve um crescimento no emprego de 68,02%, com a criação de 17.839.726 novos postos de trabalho. Seguindo a mesma tendência, também nos municípios selecionados os dados são bastante positivos, e três municípios apresentam comportamento que superam o crescimento do emprego no País, quais sejam: Ribeirão Preto, com 72,47%;Uberlândia, com 80,89% e, em destaque, o município Feira de Santana, que contou com um aumento de emprego de 100,17%.

Embora os demais municípios analisados apresentem crescimento do emprego inferior ao do País, não se pode desconsiderar que as variações positivas também foram significativas, principalmente quando se compara com o período anterior e atual. Assim, entre os anos de 2000 e 2010, verifica-se que os municípios de Campo Grande, Juiz de Fora e Londrina contaram com aumento nas ocupações formais de 66,64%, 40,55% e 56,45%, respectivamente.

Porém, ao comparar os dados do final da década anterior (2005 a 2010) com os dados apresentados para os primeiros anos da década atual (2011 a 2016), constata-se que as fragilidades da atividade produtiva da economia brasileira, diante da crise econômica e política, no período recente, contribuem para o encerramento do período virtuoso do mercado de trabalho.

**Tabela 1** - Evolução do Emprego Formal no Brasil e nos Municípios Selecionados: número de vínculos e variação percentual anual - 2000 a 2016

	Ano	Brasi	1	Campo (	Grande	Feira de	Santana	Juíz de	Fora	Lond	rina	Ribeirã	o Preto	Uberla	ândia
	Allo	Emp.	Var.%	Emp.	Var.%	Emp.	Var.%	Emp.	Var.%	Emp.	Var.%	Emp.	Var.%	Emp.	Var.%
	2000	26.228.629	-	152.114	-	51.907	-	95.568	-	100.270	-	116.194	-	101.374	-
	2001	27.189.614	3,66	157.253	3,38	54.602	5,19	98.353	2,91	103.518	3,24	121.946	4,95	107.758	6,30
	2002	28.683.913	5,50	170.479	8,41	57.623	5,53	96.035	-2,36	108.620	4,93	126.303	3,57	112.284	4,20
	2003	29.544.927	3,00	169.457	-0,60	58.609	1,71	96.038	0,00	113.483	4,48	127.823	1,20	117.840	4,95
	2004	31.407.576	6,30	179.488	5,92	62.620	6,84	99.792	3,91	119.341	5,16	135.619	6,10	129.125	9,58
	2005	33.238.617	5,83	196.839	9,67	68.018	8,62	105.074	5,29	121.991	2,22	141.514	4,35	134.242	3,96
	2006	35.155.249	5,77	205.060	4,18	73.449	7,98	109.215	3,94	123.418	1,17	150.456	6,32	139.715	4,08
	2007	37.607.430	6,98	215.858	5,27	76.296	3,88	114.499	4,84	129.805	5,18	163.226	8,49	148.520	6,30
	2008	39.441.566	4,88	228.090	5,67	83.443	9,37	122.467	6,96	138.729	6,87	171.149	4,85	159.576	7,44
	2009	41.207.546	4,48	237.113	3,96	92.732	11,13	128.062	4,57	144.229	3,96	183.066	6,96	167.735	5,11
	2010	44.068.355	6,94	253.488	6,91	103.904	12,05	134.320	4,89	156.875	8,77	200.402	9,47	183.371	9,32
	2011	46.310.631	5,09	267.145	5,39	107.162	3,14	140.710	4,76	162.551	3,62	214.635	7,10	197.459	7,68
	2012	47.458.712	2,48	265.828	-0,49	117.868	9,99	150.360	6,86	167.088	2,79	222.545	3,69	198.503	0,53
	2013	48.948.433	3,14	273.385	2,84	124.566	5,68	153.610	2,16	175.455	5,01	230.619	3,63	214.307	7,96
	2014	49.571.510	1,27	281.596	3,00	124.594	0,02	151.936	-1,09	176.952	0,85	233.129	1,09	219.454	2,40
	2015	48.060.807	-3,05	275.176	-2,28	122.954	-1,32	147.024	-3,23	173.359	-2,03	226.584	-2,81	215.700	-1,71
	2016	46.060.198	-4,16	264.741	-3,79	115.959	-5,69	144.249	-1,89	167.727	-3,25	222.821	-1,66	209.438	-2,90
2	000/2010	17.839.726	68,02	101.374	66,64	51.997	100,17	38.752	40,55	56.605	56,45	84.208	72,47	81.997	80,89
2	005/2010	10.829.738	32,58	56.649	28,78	35.886	52,76	29.246	27,83	34.884	28,60	58.888	41,61	49.129	36,60
2	011/2016	-250.433	-0,54	-2.404	-0,90	8.797	8,21	3.539	2,52	5.176	3,18	8.186	3,81	11.979	6,07
2	014/2016	-3.511.312		-16.855		-8.635	-6,93	-7.687	-5,06	-9.225	-5,21	-10.308	-4,42	-10.016	-4,56

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

No caso do Brasil, de acordo com os dados da Tabela 1, entre os anos de 2005 e 2010, a expansão da atividade econômica gerou impacto positivo no mercado de trabalho na medida em que foram gerados 10.829.738 empregos no total da sua estrutura produtiva, configurando um crescimento de 32,58%. No mesmo período, quando se analisa os municípios selecionados, embora seja observada alguma semelhança com a trajetória do emprego no País, os percentuais de crescimento apresentam taxas um pouco diferentes.Ou seja, considerando o comportamento do emprego em nível nacional, entre os anos de 2005 e 2010, verifica-se que os municípios de Campo Grande, Juiz de Fora e Londrina tiveram variações percentuais menores, quando foram gerados 56.649, 29.246 e 34.884 novos postos de trabalho, configurando um crescimento de 28,78%, 27,83% e 28,60%, respectivamente, enquanto no Brasil, como já foi dito, o crescimento foi de 32,58% (Ver Tabela 1).

Por outro lado, ainda nos mesmos anos (entre 2005 e 2010), com a expansão da atividade econômica, os dados registram crescimento do emprego superior ao do País nos municípios de Uberlândia, Ribeirão Preto e Feira de Santana, quando foram gerados 49.129, 58.888 e 35.886 novos postos de trabalho nos referidos municípios, configurando um aumento de 36,60%, 41,61% e 52,76%, respectivamente.

Diferente dos últimos anos da década anterior verifica-se que, nos primeiros anos desta década (2011 a 2016), os dados evidenciam reversão desse cenário, quando a queda no ritmo de expansão da economia implicou em um arrefecimento do crescimento do emprego e/ou fechamento de postos de trabalho no País e nos municípios analisados. No caso do Brasil, os dados de 2016 relativamente aos de 2011, mostram que houve o fechamento de 250.433 postos de trabalho, configurando uma queda percentual de -0,54%.

Acompanhando a trajetória nacional destaca-se o município de Campo Grande, que contou com o fechamento de 2.404 postos de trabalho, entre os anos de 2011 e 2016, representando uma queda de -0,90%. Nos demais municípios selecionados, embora se observe variações positivas do emprego, é evidente o arrefecimento do mercado de trabalho ao registrar taxas muito inferiores, se comparadas com aquelas apresentadas nos anos anteriores. Ou seja, em Feira de Santana, Juiz de Fora, Londrina, Ribeirão Preto e Uberlândia foram abertos 8.797, 3.539, 5.176, 8.186 e 11.979 postos de trabalho, configurando um aumento percentual de 8,21%, 2,52%, 3,18%, 3,81% e 6,07%, respectivamente; aumento esse considerado baixo se comparado com os percentuais apresentados entre os anos de 2005 e 2010.

Além disso, como agravante dessa situação verifica-se que, a partir de 2015, tanto o País como os municípios selecionados passaram a demonstrar sinais claros de desaceleração do mercado de trabalho, com fechamento de postos de trabalho na sua estrutura produtiva. No Brasil, a redução de postos de trabalho formais alcança os percentuais de -3,05% e -4,16%, em 2015 e 2016, com o fechamento de 1.510.703 e 2.000.609 postos de trabalho, respectivamente, totalizando -3.511.312 postos de trabalhos fechados na sua estrutura produtiva, com queda de-7,08% em apenas dois anos.

Na mesma direção, fica evidente o aprofundamento da crise do mundo do trabalho quando,também, nos municípios selecionados a redução de postos, no período de 2014 a 2016, alcança percentuais negativos. Em Campo Grande, Feira de Santana, Juiz de Fora, Londrina, Ribeirão Preto e Uberlândia observa-se uma queda no emprego de -5,93%, -6,93%,-5,06%, -5,21%, -4,42% e -4,56%, com o fechamento de 16.855, 8.635, 7.687, 9.225, 10.308 e 10.016 postos de trabalho, respectivamente,nesses dois anos. Destaca-se o município de Juiz de Fora, cuja trajetória de retração do emprego já havia sido iniciada no ano de 2014, quando a variação anual já se apresentava negativa (-1,09%), se comparada com o ano de 2013, conforme demonstrado na Tabela 1.

De forma geral, conforme demonstrado na Figura 2, é possível uma melhor visualização dos dados apresentados na Tabela 1 por meio de gráficos, os quais demonstram que houve uma trajetória de crescimento do emprego de forma ininterrupta até o final da década anterior. Porém, com a retração da atividade econômica, evidenciada pela crise política e econômica no período recente, os impactos negativos já são sentidos pelo mercado de trabalho formal, principalmente a partir de 2015, quando o emprego retraiu de forma significativa. Como já foi dito anteriormente, embora se identifique que o comportamento das variações percentuais das ocupações se apresenta de forma diferenciada, no País e nos municípios selecionados, a trajetória é de agravamento da crise do mundo do trabalho.



**Figura 2** - Estoque e variações anuais percentuaisdo Emprego Formal no Brasil e nos municípios selecionados - 2001 a 2016

De acordo com os dados da Tabela 2 é possível identificar o comportamento do estoque de emprego no Brasil, nos municípios selecionados e nos seus respectivos Estados de origem,

nos anos de 2000, 2010 a 2016. Na sequência, conforme descrito na Tabela 3, os dados evidenciam a participação percentual do estoque de emprego formal dos municípios selecionados em relação ao seu Estado de origem e dos Estados em relação ao País, nos anos já referenciados.

Tabela 2 - Estoque de Emprego Formal no Brasil, nos Municípios Selecionados e em seus

Estados de origem -2000, 2010 a 2016

Empregos Empregos											
Território				Empi	regos						
161110110	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016			
Brasil	26.228.629	44.068.355	46.310.631	47.458.712	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198			
Bahia	1.177.343	2.139.232	2.265.618	2.256.621	2.314.907	2.372.583	2.312.404	2.171.345			
Feira de Santana	51.907	103.904	107.162	117.868	124.566	124.594	122.954	115.959			
Minas Gerais	2.803.454	4.646.891	4.850.976	4.928.225	5.057.080	5.071.906	4.821.116	4.628.701			
Uberlândia	101.374	183.371	197.459	198.503	214.307	219.454	215.700	209.438			
Juíz de Fora	95.568	134.320	140.710	150.360	153.610	151.936	147.024	144.249			
São Paulo	8.049.532	12.873.605	13.412.779	13.783.541	14.024.340	14.111.450	13.697.471	13.194.120			
Ribeirão Preto	116.194	200.402	214.635	222.545	230.619	233.129	226.584	222.821			
Paraná	1.653.435	2.783.715	2.920.277	3.033.665	3.121.384	3.167.134	3.113.204	3.013.105			
Londrina	100.270	156.875	162.551	167.088	175.455	176.952	173.359	167.727			
Longing	100.270	130.073	102.331	107.000	173.133	170.552	173.337	107.727			
Mato Grosso do Sul	299.629	560.789	597.968	617.193	635.625	653.578	645.620	633.554			
Campo Grande	152.114	253.488	267.145	265.828	273.385	281.596	275.176	264.741			

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Dentre os municípios selecionados verifica-se, conforme descrito na Tabela 3, que o município de Campo Grande se destaca com a maior participação percentual de estoque de empregos no seu Estado, configurando uma participação percentual de 50,77%, em 2000, e 41,79%, em 2016; participação essa que certamente deve estar ligada ao fato de Campo Grande ser a capital do Estado. Porém, quando se analisa a participação percentual do emprego dos Estados em relação aos empregos gerados no País observa-se que o Estado do Mato Grosso do Sul tem a menor participação relativa, a qual passa de 1,14%, em 2000, para 1,38% em 2016. Por outro lado, o Estado de São Paulo se destaca com a maior participação relativa no estoque de empregos em nível nacional, com percentual aproximado de 30,69% e 28,65% nos anos de 2000 e 2016, respectivamente.

Nos demais municípios a participação do emprego no seu Estado é relativamente menor, se comparada com a participação do município de Campo Grande, com os percentuais variando de 1,44% a 6,06% nos respectivos anos analisados. Entretanto, é importante registrar que, no período analisado, dos seis municípios selecionados, três se destacam pelo aumento da

participação relativa do emprego no seu Estado, quais sejam: Feira de Santana, Uberlândia e Ribeirão Preto. Estes municípios contavam com uma participação relativa de 4,41%, 3,62% e 1,44%, em 2000, respectivamente, e passam para 5,34%, 4,52% e 1,69% no ano de 2016. Contudo, o contrário acontece com os municípios de Juiz de Fora, Londrina e Campo Grande, que apresentam queda na participação do emprego no seu respectivo Estado, com suas participações relativas passando de3,41%, 6,06% e 50,77%, em 2000, para 3,12%, 5,57% e 41,79%, em 2016, respectivamente.

**Tabela 3** - Participação Percentual do Estoque de Emprego Formal dos Estados em relação ao Brasil, e dos Municípios Selecionados em relação ao Estado - 2000, 2010 a 2016 (%)

T	Participação (%)											
Território	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016				
Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-				
Bahia	4,49	4,85	4,89	4,75	4,73	4,79	4,81	4,71				
Feira de Santana	4,41	4,86	4,73	5,22	5,38	5,25	5,32	5,34				
Minas Gerais	10,69	10,54	10,47	10,38	10,33	10,23	10,03	10,05				
Uberlândia	3,62	3,95	4,07	4,03	4,24	4,33	4,47	4,52				
Juíz de Fora	3,41	2,89	2,90	3,05	3,04	3,00	3,05	3,12				
São Paulo	30,69	29,21	28,96	29,04	28,65	28,47	28,50	28,65				
Ribeirão Preto	1,44	1,56	1,60	1,61	1,64	1,65	1,65	1,69				
Paraná	6,30	6,32	6,31	6,39	6,38	6,39	6,48	6,54				
Londrina	6,06	5,64	5,57	5,51	5,62	5,59	5,57	5,57				
Mato Grosso do Sul	1,14	1,27	1,29	1,30	1,30	1,32	1,34	1,38				
Campo Grande	50,77	45,20	44,68	43,07	43,01	43,09	42,62	41,79				

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 4 é possível analisar o comportamento do mercado de trabalho no País e nos municípios selecionados, por meio da variação média de todas as variações anuais percentuais do estoque de emprego formal para o período 2000 a 2016, elegendo algumas periodizações. Verifica-se um comportamento bastante distinto do mercado de trabalho, nos períodos analisados, quando as variações médias do período compreendido entre 2011 a 2016 são significativamente inferiores àquelas apresentadas pelo período imediatamente anterior (2001 a 2010). Além disso, pode-se constatar que as quedas nas variações médias, em nível nacional e municipal, no período 2001-2016 e 2011-2016, são puxadas principalmente pelas variações anuais negativas no período recente, mais especificamente pelas variações negativas nos anos de 2015 e 2016, conforme já demonstrado na Tabela 1.

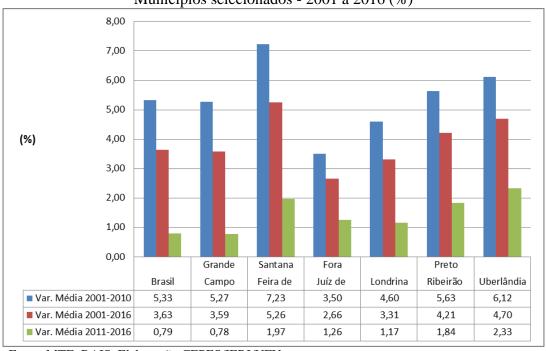
**Tabela 4 -** Média das Variações Anuais do Estoque de Emprego Formal no Brasil e nos municípios selecionados - 2001 a 2016 (%)

Período	Brasil	Campo Grande	Feira de Santana	Juíz de Fora	Londrina	Ribeirão Preto	Uberlândia
Var. Média 2001-2010	5,33	5,27	7,23	3,50	4,60	5,63	6,12
Var. Média 2001-2016	3,63	3,59	5,26	2,66	3,31	4,21	4,70
Var. Média 2011-2016	0,79	0,78	1,97	1,26	1,17	1,84	2,33

Importante destacar que os municípios de Feira de Santana, Ribeirão Preto e Uberlândia apresentaram comportamento superior ao do País, no período de 2001-2010, ao registrar variações médias de crescimento do emprego de 7,23%, 5,63% e 6,12%, respectivamente, enquanto no Brasil o crescimento médio foi de 5,33%. Nos outros períodos analisados, conforme Tabela 4, esses municípios também se destacam com variações médias acima das registradas em âmbito nacional, porém, os sinais de retração do emprego se apresentam também de forma significativa, nos últimos anos, quando as médias de crescimento passam para 5,26%, 4,21% e 4,70%, no período de 2001-2016, e depois para 1,97%, 1,84% e 2,33%, no período de 2011 a 2016, respectivamente.

Já nos municípios de Campo Grande, Juiz de Fora e Londrina observa-se que as variações médias de crescimento do emprego são inferiores às do País (5,33% e 3,63%) ao apresentarem taxas de 5,27%, 3,50% e 4,60%, no período de 2001-2010, e de 3,59%, 2,66% e 3,31%, no período de 2001-2016, respectivamente. Porém, no período de 2011-2016, seguindo a mesma trajetória de queda das variações médias verifica-se que em Juiz de Fora e Londrina as variações médias são superiores à do Brasil (0,79%), quando contam com o percentual de 1,26% e 1,17%, respectivamente. A exceção é o município de Campo Grande que, no período de 2011-2016, conta com variação média inferior à do País, ou seja, 0,78%.

Portanto, de acordo com o Gráfico 1, é possível visualizar esse comportamento das variações médias nos períodos analisados e, ao mesmo tempo, evidenciar o arrefecimento do mercado de trabalho e a grave queda na referida média em nível nacional e nos municípios selecionados, no período de 2011-2016. Como já foi dito, a referida queda no emprego foi impactada principalmente pelas variações negativas apresentadas nos anos de 2015 e 2016. Adicionalmente, cabe acrescentar que essa redução na média das variações anuais percentuais do emprego formal, obtida para o último período em análise, se mostra menos acentuada nos municípios de Uberlândia e Feira de Santana.



**Gráfico 1 -** Média das Variações Anuais do Estoque de Emprego Formal no Brasil e nos Municípios selecionados - 2001 a 2016 (%)

De forma geral, conforme já demonstrado na Tabela 1 e Figura 1, e também na Tabela 4 e no Gráfico 1, é importante salientar que o comportamento do mercado de trabalho no Brasil e nos municípios selecionados apresenta um dinamismo mais expressivo quando os resultados da economia são positivos e, embora a manifestação da crise atual seja visível também nos municípios, a mesma ocorre de forma mais amena em alguns deles.

Dentro desta perspectiva, considerando o ano de 2000 como ano base, verifica-se que, enquanto no Brasil, o crescimento acumulado do emprego formal, de 2001 a 2016, foi de 75,6%,os municípios de Feira de Santana, Ribeirão Preto e Uberlândia apresentaram um crescimento acumulado superior ao do País,com crescimento de123,4%, 91,7% e 106,6 %, respectivamente. Com uma variação acumulada menor estão os municípios de Campo Grande, Juiz de Fora e Londrina, com percentuais, no período, de 74,0%, 50,9% e 67,2% respectivamente.

Assim, embora na década atual o ritmo de expansão das ocupações seja menor, verificase que os impactos da crise do mercado de trabalho são menos perversos no município Feira de Santana, cuja evolução do emprego se destaca por apresentar melhor desempenho se comparado com os demais municípios e com os dados em nível nacional, enquanto o município de Londrina registra o pior desempenho.

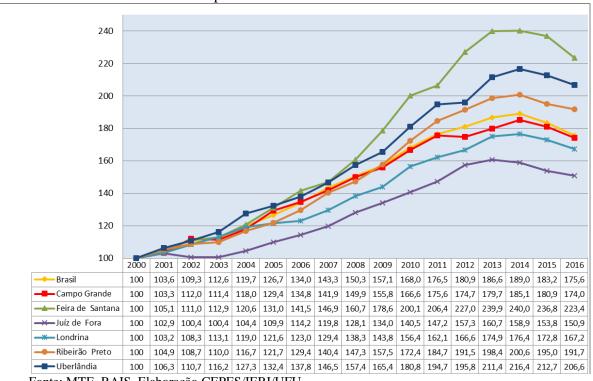


Gráfico 2 - Variação Anual Acumulada do Estoque de Emprego Formal no Brasil e nos Municípios selecionados - 2000 a 2016

Nesse sentido, os dados demonstram que a evolução do emprego teve ritmos diferenciados durante o período analisado e que, a partir de 2010, o mercado de trabalho apresenta sinais claros de desaceleração do crescimento do emprego formal, culminando, principalmente em 2015 e 2016, com o aprofundamento da crise, quando passa a apresentar taxas negativas de crescimento de forma geral.

# 3 - Análise Setorial da Evolução do Emprego Formal nos Municípios Selecionados- 2000, 2010 e 2016

Do ponto de vista setorial, conforme expresso na Tabela 5, ainda que o fenômeno do ritmo de crescimento diferenciado seja comum na maioria dos setores, alguns segmentos se destacaram no provimento de ocupações formais em relação a outros. É o caso, por exemplo, dos setores de serviços e comércio, cujas participações das ocupações formais de cada setor no total da ocupação do município se destacam em todos os anos analisados e, em 2016, são mantidos como os setores que mais empregam em todos os municípios selecionados. A exceção é apenas para o município de Campo Grande, onde o setor administração pública substitui o papel de destaque do comércio.

Assim, de acordo com a Tabela 5, embora no município de Campo Grande os empregos estejam vinculados principalmente aos setores serviços e administração pública, cujas participações relativas são de 37,33% e 31,91% em 2000, respectivamente, verifica-seque, no ano de 2016, essas participações se modificam e o setor serviços mantém sua posição de destaque. Ou seja, em 2016, esses setores continuam em destaque, mas com queda naparticipação relativa do setor administração pública, que passa de 31,91%, em 2000, para 24,66% em 2016, e com aumento principalmente nas participações dos setores serviços e comércio, que passam de 37,33% e 15,80%, em 2000, para 40,21% e 19,75% em 2016, respectivamente.

No município Feira de Santana, embora os empregos estejam vinculados principalmente aos setores comércio e serviços, cujas participações relativas são de 35,05% e 27,32% em 2000, respectivamente, verifica-se, no ano de 2016, que essas participações também se modificam e o comércio permanece como setor de destaque. Ou seja, em 2016, os setores comércio e serviços continuam em posição relevante, mas com queda na participação relativa do setor comércio, que passa de 35,05%, em 2000, para 32,69% em 2016, e com aumento principalmente nas participações dos setores serviços e construção civil, que passam de 27,32% e 4,08%, em 2000, para 39,21% e 6,50% em 2016, respectivamente.

Em Juiz de Fora, os setores comércio e serviços são também considerados os setores que mais empregamna medida em que apresentam uma participação relativa de 20,99% e 42,05% em 2000, respectivamente. Porém, observa-se que, no ano de 2016, embora o setor serviços mantenha sua posição de destaque, as participações dos dois setores citados se modificam. Ou seja, em 2016, além desses setores continuarem em destaque como setores que mais empregam, ambos também aumentam as suas participações relativas, no período analisado, quando passam de 20,99% e 42,05%, em 2000, para 23,19% e 50,96% em 2016, respectivamente.

Ainda de acordo com a Tabela 5, no município de Londrina, verifica-se que, além dos empregos estarem vinculados principalmente aos setores comércio e serviços, em todos os anos analisados, observa-se que, no ano de 2016, estas participações se modificam e o setor serviços mantém sua posição de destaque. Ou seja, em 2016, além destes setores continuarem em posição relevante como setores que mais empregam, ambos também aumentam as suas participações relativas, quando passam de 21,34% e 44,46%, em 2000, para 25,33% e 48,83% em 2016, respectivamente.

**Tabela 5** - Empregos formais em 31/12 e participação percentual nos Municípios Selecionados segundo o setor de atividade econômica - 2000, 2010 e 2016

Setores/	Campo	Grande	Feira de	Santana	Juíz d	le Fora	Lone	drina	Ribeirâ	ño Preto	Uberl	ândia
Ano 2000	Emp.	Part (%)	Emp.	Part (%)	Emp.	Part (%)	Emp.	Part (%)	Emp.	Part (%)	Emp.	Part (%)
Adm. Pública	48.545	31,91	5.834	11,24	7.836	8,20	6.562	6,54	12.657	10,89	9.955	9,82
Agropecuária*	3.774	2,48	950	1,83	1.469	1,54	3.192	3,18	1.569	1,35	5.469	5,39
Comércio	24.035	15,80	18.194	35,05	20.059	20,99	21.394	21,34	30.574	26,31	26.925	26,56
Const. Civil	8.104	5,33	2.117	4,08	5.715	5,98	4.831	4,82	5.977	5,14	6.537	6,45
Extrat. Mineral	185	0,12	148	0,29	108	0,11	79	0,08	161	0,14	186	0,18
Indústria de Transf.	8.531	5,61	10.110	19,48	18.777	19,65	19.403	19,35	14.784	12,72	14.780	14,58
Serviços	56.782	37,33	14.183	27,32	40.188	42,05	44.578	44,46	50.102	43,12	36.998	36,50
Serv. Indust.**	2.158	1,42	371	0,71	1.416	1,48	231	0,23	370	0,32	524	0,52
TOTAL	152.114	100	51.907	100	95.568	100	100.270	100	116.194	100	101.374	100
Ano 2010												
Adm. Pública	74.509	29,39	6,995	6,73	9.849	7,33	7.053	4,50	10,300	5,14	16.225	8,85
	4.776	1,88	1.190	1,15	1.380	1,03	2.977	1,90	939	0,47	5.292	2,89
Agropecuária* Comércio	47.804	18,86	33.220	31,97	31.429	23,40	40.107	25,57	57.516	28,70	3.292 44.536	24,29
Const. Civil	18.445	7,28	11.302	10,88	8.510	6,34	9.673	6,17	15.737	7,85	12.795	6,98
Extrat. Mineral	110	0,04	174	0,17	108	0,08	9.073	0,05	13.737	0,04	12.793	0,12
Indústria de Transf.	18.411	7,26	19.905	19,16	20.995	15,63	28.305	18,04	23.117	11,54	27.197	14,83
	87.275	34,43	30.260	29,12	61.185	45,55	68.536	43,69	92.215	46,02	74.988	40,89
Serviços Serv. Indust.**	2.158	0,85	30.260 858	0,83	864	0,64	147	0,09	501	0,25	2.111	1,15
TOTAL	253.488	100	103,904	100	134.320	100	156.875	100	200.402	100	183.371	100
IOIAL	255.400	100	103.704	100	134.320	100	130.073	100	200.402	100	103.5/1	100
Ano 2016												
Adm. Pública	65.284	24,66	5.160	4,45	9.773	6,78	10.135	6,04	11.025	4,95	12.993	6,20
Agropecuária*	4.168	1,57	950	0,82	1.399	0,97	2.246	1,34	1.317	0,59	10.347	4,94
Comércio	52.282	19,75	37.908	32,69	33.446	23,19	42.480	25,33	61.843	27,75	47.676	22,76
Const. Civil	14.376	5,43	7.536	6,50	6.376	4,42	7.593	4,53	10.977	4,93	10.796	5,15
Extrat. Mineral	107	0,04	202	0,17	97	0,07	66	0,04	133	0,06	157	0,07
Indústria de Transf.	17.199	6,50	17.876	15,42	18.742	12,99	22.804	13,60	21.693	9,74	20.964	10,01
Serviços	106.463	40,21	45.464	39,21	73.508	50,96	81.896	48,83	114.100	51,21	104.070	49,69
Serv. Indust.**	4.862	1,84	863	0,74	908	0,63	507	0,30	1.733	0,78	2.435	1,16
TOTAL	264.741	100	115.959	100	144.249	100	167.727	100	222.821	100	209.438	100

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Obs: dados com ajustes recebidos até agosto de 2017.

O município de Ribeirão Preto apresenta comportamento setorial semelhante aos municípios de Londrina e Juiz de Fora, pois, além dos empregos estarem vinculados principalmente aos setores comércio e serviços, em todos os anos analisados, observa-se que, no ano de 2016, essas participações aumentam e o setor serviços mantém sua posição de destaque. Assim, em 2016, enquanto a participação relativa do setor comércio passa de 26,31%, em 2000, para 27,75% em 2016, o setor serviços também aumenta a sua participação relativa na geração de emprego, passando de 43,12%, em 2000, para 51,21% em 2016.

<sup>\*</sup>inclui extrativa vegetal, caça e pesca.

<sup>\*\*</sup> se refere a Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Já o município de Uberlândia apresenta comportamento setorial semelhante ao município Feira de Santana, onde os empregos também estão vinculados principalmente aos setores comércio e serviços e, no ano de 2016, além das participações se modificarem, o comércio permanece como setor de destaque. Ou seja, em 2016, os setores comércio e serviços continuam em posição de destaque, porém com queda na participação relativa do setor comércio, que passa de 26,56%, em 2000, para 22,76% em 2016, e com aumento principalmente na participação do setor serviços, que passa de 36,50%, em 2000, para 46,69% em 2016.

Contudo, é importante ressaltar que, no ano de 2016, em todos os municípios analisados e dentre todos os setores citados que mantêm o maior número de vínculos de trabalho formal, o setor serviços se destaca por obter a maior participação relativa e também por demonstrar crescimento da sua participação no período analisado (2000-2016), conforme registro na Tabela 5.

Os dados relacionados na Tabela 6 apresentam as variações percentuais do estoque emprego segundo o setor de atividade econômica, nos intervalos 2000/2010 e 2010/2016, nos municípios selecionados. É possível observar que todos os municípios apresentaram variações significativas do emprego no intervalo de 2000/2010, como resultado das variações positivas na maioria dos setores econômicos. De forma geral, como já dito anteriormente, os municípios Feira de Santana e Uberlândia se destacam ao apresentar as maiores variações percentuais no intervalo 2000/2010.

Em Campo Grande esse resultado positivo foi dado principalmente pelas variações positivas registradas nos setores da construção civil, indústria de transformação e no comércio que apresentaram as maiores taxas de variação percentual no período, com 127,60%, 115,81% e 98,89%, respectivamente. No município Feira de Santana também a construção civil se destaca, juntamente com os setores serviços industriais e serviços, que registraram uma variação percentual no crescimento do emprego, no período de 2000-2010, de 433,87%, 131,27% e 113,35%, respectivamente.

Em Juiz de Fora, embora o crescimento geral do emprego (40,55%), no período analisado, seja inferior aos demais municípios, observa-se que foi resultado, principalmente, das variações positivas do emprego nos setores do comércio, dos serviços e da construção civil, cujos vínculos de trabalho aumentaram em 56,68%, 52,25% e 48,91%, respectivamente. No município de Londrina, a construção civil se destaca com aumento do emprego em 100,23%, enquanto o comércio cresce em 87,47% e os serviços em 53,74%, contribuindo para que o

município pudesse ter um crescimento geral no emprego de 56,45%, no período de 2000-2010. Já em Ribeirão Preto, o crescimento positivo do emprego foi puxado principalmente pela construção civil (163,29%), pelo setor serviços (84,05%) e pelo comércio (88,12%). Por fim, em Uberlândia, a indústria de serviços industriais, embora a variação do emprego em termos absolutos não seja tão representativa, se destaca em termos percentuais na geração de emprego e, juntamente com os setores de serviços e construção civil registraram variações percentuais no crescimento do emprego, no período de 2000-2010, de 302,86%, 102,68% e 95,73%, respectivamente.

**Tabela 6 -** Variação Percentual do Estoque de Empregos Formais nos Municípios Selecionados segundo o setor de atividade econômica - 2000/2010 e 2010/2016

G.4	D. Z. L.	Campo Grande	Feira de Santana	Juíz de Fora	Londrina	Ribeirão Preto	Uberlândia
Setores	Período			Variação Pero	centual (%)		
Adm. Pública	2000/2010	53,48	19,90	25,69	7,48	-18,62	62,98
	2010/2016	-12,38	-26,23	-0,77	43,70	7,04	-19,92
Agropecuária*	2000/2010	26,55	25,26	-6,06	-6,74	-40,15	-3,24
	2010/2016	-12,73	-20,17	1,38	-24,55	40,26	95,52
Comércio	2000/2010	98,89	82,59	56,68	87,47	88,12	65,41
	2010/2016	9,37	14,11	6,42	5,92	7,52	7,05
Const. Civil	2000/2010	127,60	433,87	48,91	100,23	163,29	95,73
	2010/2016	-22,06	-33,32	-25,08	-21,50	-30,25	-15,62
Extrat. Mineral	2000/2010	-40,54	17,57	0,00	-2,53	-52,17	22,04
	2010/2016	83,64	-44,25	-38,89	72,73	103,90	-100,00
Indústria de Transf.	2000/2010	115,81	96,88	11,81	45,88	56,36	84,01
	2010/2016	-6,58	-10,19	-10,73	-19,43	-6,16	-22,92
Serviços	2000/2010	53,70	113,35	52,25	53,74	84,05	102,68
	2010/2016	21,99	50,24	20,14	19,49	23,73	38,78
Serv. Indust.**	2000/2010	0,00	131,27	-38,98	-36,36	35,41	302,86
	2010/2016	125,30	0,58	5,09	244,90	245,91	15,35
TOTAL	2000/2010	66,64	100,17	40,55	56,45	72,47	80,89
	2010/2016	4,44	11,60	7,39	6,92	11,19	14,22

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Obs: dados com ajustes recebidos até agosto de 2017.

Importante ressaltar que, nesse período (2000-2010), dentre os três setores que apresentaram maior variação positiva, a construção civil foi destaque em todos os municípios selecionados e, em alguma medida, isto pode ser atribuído à melhoria das condições de

<sup>\*</sup>inclui extrativa vegetal, caça e pesca.

<sup>\*\*</sup> se refere a Serviços Industriais de Utilidade Pública.

financiamento habitacional, que permitiram maior acesso da população em geral, e aos programas de aceleração do crescimento (PAC), cujo foco foi em obras de infraestrutura, e ao Programa Minha Casa Minha Vida, o qual tinha como objetivo a redução do déficit habitacional do País.

Ao analisar os anos 2010 e 2016 é possível observar modificações no comportamento geral do emprego na medida em que as variações percentuais, embora positivas, demonstram um arrefecimento e, até mesmo,queda significativa do estoque em grande parte dos setores econômicos. Em Campo Grande, no intervalo de 2010 e 2016, a retração do emprego ocorre de forma mais intensa (apenas 4,44% de crescimento no período) e foi puxada principalmente pelos setores da construção civil, agropecuária e administração pública, que apresentaram queda do emprego em -22,06%, -12,38% e -12,38%, respectivamente. No município Feira de Santana o setor extrativa mineral se destaca, juntamente com os setores construção civil e da administração pública, registrando uma queda na variação percentual do emprego, no período de 2000-2010, de -44,25%, -33,32% e -26,23%, respectivamente. Em Juiz de Fora, observa-se que a retração do emprego foi resultado, principalmente, das variações negativas do emprego nos setores extrativa mineral, construção civil e indústria de transformação, cujos vínculos de trabalho reduziram em -38,89%%, -25,08% e -10,73%, respectivamente. No município de Londrina, a agropecuária se destacou com queda do emprego em -24,55%, enquanto na construção civil a queda foi de -21,50% e na indústria de transformação, de-19,43%, contribuindo para que o município tivesse um crescimento geral de postos de trabalho de apenas 6,92%, no período de 2010-2016. Já em Ribeirão Preto, o baixo crescimento do emprego foi puxado principalmente pela construção civil (-30,25%) e pela indústria de transformação (-6,16%). Por fim, em Uberlândia, embora o arrefecimento do crescimento geral do emprego seja mais ameno que nos demais municípios, o setor extrativa mineral se destacou na queda do emprego e, juntamente com a indústria de transformação e a administração pública, registraram uma variação percentual negativa no emprego, no período de 2010-2016, de -100,0%, -22,92% e -19,92%, respectivamente.

Diferente do período anterior, no período (2010-2016), a construção civil se mantém em destaque, juntamente com o setor indústria de transformação, porém apresentando queda no emprego em todos os municípios selecionados, contribuindo para que a retração do crescimento do emprego ocorresse de forma generalizada.

# 4 - O Emprego Formal nos Municípios Selecionados segundo o Tipo de Vínculo Ativo, nos anos 2000, 2010 e 2016

Ao analisar o emprego formal segundo o tipo de vínculo de trabalho verifica-se que, conforme registros na RAIS, é possível encontrar a seguinte classificação: 1 - contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), separados por vínculo urbano ou rural, com contrato por tempo determinado e indeterminado, e também por vínculo como pessoas física ou jurídica; 2 - contratos pelo regime estatutário, inclusive os servidores públicos não efetivos e os regidos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS); 3 - vínculos avulsos; 4 - contratos temporários; 5 - aprendizes; 6 - contratos por prazo determinado; 7 - contratos por tempo determinado; 8 - contratos por Lei Estadual; e 7 - diretores sem vínculo empregatício, mas para os quais a empresa/entidade tenha optado por recolhimento ao FGTS ou Dirigente Sindical.

Assim, quando se analisa o número de empregados formais nos municípios selecionados, segundo o tipo de vínculo empregatício, conforme demonstrado nas Tabela 7 e 8, é possível obter a distribuição do estoque de emprego por tipo de vínculo, nos anos 2000, 2010 e 2016, com sua respectiva participação relativa dentro do referido ano. Verifica-se que a maior parte dos vínculos ativos declarados na RAIS é constituída de vínculos celetistas e estatutários e, por esse motivo, optou-se por agrupar os demais vínculos em "outros", exceto os vínculos tidos como avulsos, temporários e aprendizes, que, embora apresentem participação relativa baixa, se destacam pelo aumento ou queda no quantitativo de postos de trabalho com essa natureza.

De acordo com os registros nas Tabelas 7 e 8, identifica-se que a dinâmica econômica em todos os municípios se constitui de maioria dos vínculos originários do regime de trabalho celetista e no meio urbano (CLT/Pessoa Jurídica e CLT/Pessoa Física), e em todos os municípios (exceto Juiz de Fora) há um aumento na participação relativa deste tipo de vínculo no total dos empregos gerados. Ou seja, nos municípios de Campo Grande, Feira de Santana, Londrina, Ribeirão Preto e Uberlândia a participação relativa dos trabalhadores em regime celetista/ urbano passou de 60,93%, 86,89%, 82,53%, 90,61% e 86,36%, em 2000, para 70,54%, 91,46%, 88,19%, 93,36% e 87,40%, em 2016, acompanhando o mesmo comportamento apresentado para o Brasil.

Tabela 7-Número de Vínculos Empregatícios nos Municípios Selecionados segundo o Tipo de Vínculo Ativo, nos anos de 2000, 2010 e 2016

Período/	Campo	Feira de	Juíz de	T 1-2	Ribeirão	TT1222-
Tipo de Vínculo	Grande	Santana	Fora	Londrina	Preto	Uberlândia
2000						
CLT/Urbano	92.680	45.100	87.994	82.754	105.285	87.543
CLT/Rural	3.168	538	1.003	2.052	1.266	3.210
Estatuário	55.338	6.197	6.395	12.600	8.682	9.647
Avulso/Temporário	879	11	114	2.673	823	948
Aprendiz	7	3	28	12	2	11
Outros	42	58	34	179	136	15
Total	152.114	51.907	95.568	100.270	116.194	101.374
2010						
CLT/Urbano	166.812	93.639	121.522	140.170	186.374	159.654
CLT/Rural	3.451	448	681	1.436	744	4.373
Estatuário	81.170	9.195	11.208	12.935	11.356	16.952
Avulso/Temporário	835	12	36	688	914	1.067
Aprendiz	1.080	473	802	909	895	1.136
Outros	140	137	71	737	119	189
Total	253.488	103.904	134.320	156.875	200.402	183.371
2016						
CLT/Urbano	186.742	106.094	129.744	147.923	208.036	183.041
CLT/Rural	2.729	365	682	1.183	852	4.107
Estatuário	72.250	7.969	11.660	15.662	11.396	18.961
Avulso/Temporário	418	17	12	649	316	13
Aprendiz	1.742	1.327	1.905	1.654	2.055	2.953
Outros	860	187	246	656	166	363
Total	264.741	115.959	144.249	167.727	222.821	209.438

Contudo, como já foi dito anteriormente, no município de Juiz de Fora, embora o tipo de vínculo celetista responda pela maioria dos vínculos de trabalho, observa-se uma queda na sua participação relativa ao passar de 92,07%, em 2000, para 89,94%, em 2016. Importante também registrar que, no município de Campo Grande, embora os celetistas urbanos tenham participação relativa maior, não se pode desconsiderar a significativa participação dos estatutários, se comparada com a participação nos os demais municípios, em todo o período analisado.

Outra forma de vínculo que apresentou acréscimo significativo de participação no total de empregos gerados, nos municípios de Campo Grande, Feira de Santana, Juiz de Fora, Londrina, Ribeirão Preto e Uberlândia, foi o vínculo de menor aprendiz<sup>11</sup>, que passa de 7, 3, 28, 12, 2 e 11

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, o contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem e formação técnico-

postos de trabalho, em 2000, para 1.742, 1.327, 1.905, 1.654, 2.055 e 2.953 postos em 2016, respectivamente, com aumento da sua participação relativa variando de 0% a 0,03%, em 2000, para 0,66% a 1,41% em 2016. Os demais vínculos, como por exemplo, CLT/Rural e estatutário, embora demonstrem um aumento de postos de trabalho no período analisado, apresentaram queda na sua participação relativa, com exceção apenas no município de Juiz de Fora, onde o vínculo em regime estatutário apresenta aumento na participação relativa, passando de 6,69%, em 2000, para 8,08% em 2016.

**Tabela 8-**Participação Percentual do Emprego Formal nos Municípios Selecionados

segundo o Tipo de Vínculo Ativo, nos anos de 2000, 2010 e 2016 (%)

Período/	I I I I I I I I I I I I I I I I I I I				Ribeirão	I boulônd a
Tipo de Vínculo	Grande	Santana	Fora	Londrina	Preto	Uberlândia
2000						
CLT/Urbano	60,93	86,89	92,07	82,53	90,61	86,36
CLT/Rural	2,08	1,04	1,05	2,05	1,09	3,17
Estatuário	36,38	11,94	6,69	12,57	7,47	9,52
Avulso/Temporário	0,58	0,02	0,12	2,67	0,71	0,94
Aprendiz	0,00	0,01	0,03	0,01	0,00	0,01
Outros	0,03	0,11	0,04	0,18	0,12	0,01
Total	100	100	100	100	100	100
2010						
CLT/Urbano	65,81	90,12	90,47	89,35	93,00	87,07
CLT/Rural	1,36	0,43	0,51	0,92	0,37	2,38
Estatuário	32,02	8,85	8,34	8,25	5,67	9,24
Avulso/Temporário	0,33	0,01	0,03	0,44	0,46	0,58
Aprendiz	0,43	0,46	0,60	0,58	0,45	0,62
Outros	0,06	0,13	0,05	0,47	0,06	0,10
Total	100	100	100	100	100	100
2016		-				
CLT/Urbano	70,54	91,49	89,94	88,19	93,36	87,40
CLT/Rural	1,03	0,31	0,47	0,71	0,38	1,96
Estatuário	27,29	6,87	8,08	9,34	5,11	9,05
Avulso/Temporário	0,16	0,01	0,01	0,39	0,14	0,01
Aprendiz	0,66	1,14	1,32	0,99	0,92	1,41
Outros	0,32	0,16	0,17	0,39	0,07	0,17
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Importante destacar também que, entre os tipos de vínculo que evidenciaram queda na sua participação relativa, no total das ocupações do município, encontram-se os trabalhadores avulsos e os temporários. Além disso, esse tipo de vínculo também apresenta queda do número

profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação (Redação dada pela Lei nº 11.180, de 2005).

de vínculos de trabalho, com exceção apenas do município de Feira de Santana, conforme demonstra a Tabela 8. Este fato evidencia uma dinâmica de geração de melhores empregos na maioria dos municípios na medida em que os vínculos temporários ou avulsos normalmente ocorrem de forma precária.

Diante desse cenário, observa-se que a análise da dinâmica das ocupações formais, de acordo com o tipo de inserção no mercado de trabalho, tem apontado para o aumento do número de pessoas ocupadas amparadas pela legislação trabalhista (empregados com carteira de trabalho e/ou estatutários do serviço público) ou que contribuem, individualmente, para o sistema de seguridade social, e que se tornaram, portanto, indivíduos passíveis de receber benefícios do sistema 12. Porém, com os sinais evidentes de crise no mercado de trabalho, conjugado com a reforma trabalhista atual 13 e com as perspectivas futuras de aprovação da reforma da previdência, não se pode garantir a manutenção desse cenário. Ao contrário, a expectativa é que o ajuste fiscal e as reformas implementadas e pretendidas pelo governo atual podem reservar uma mudança no mundo do trabalho, refletindo em aumento do desemprego e da precarização do trabalho.

# 5 - Evolução do Emprego Formal nos Municípios Selecionados segundo o Tamanho dos Estabelecimentos, nos anos 2000, 2010 e 2016

O objetivo neste item é analisar a distribuição do estoque de emprego formal dos municípios selecionados segundo o tamanho dos estabelecimentos empregadores, nos anos de 2000, 2010 e 2016.

Na Tabela 9 verifica-se o número de vínculos formais de trabalho em cada município e, na Tabela 10, é apresentada a referida distribuição do emprego em termos percentuais. Ressalta-se que a classificação do tamanho dos estabelecimentos, a partir das informações disponibilizadas pela RAIS, foi estruturada em 4 faixas, conforme disposto nas tabelas que seguem.

<sup>13</sup> Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Ver KREIN, et al. *Trabalho no governo Lula: avanços e contradições*. Revista ABET v. X - n. 2 - Jul./Dez. 2011 e BALTAR et al. *Trabalho no governo Lula: Uma reflexão sob recente experiência brasileira*. Carta Social e do Trabalho, n. 12 – out./dez. 2010. IE/ Unicamp, Campinas, 2010.

**Tabela 9 -** Número de empregos formais nos Municípios Selecionados segundo o tamanho dos estabelecimentos - 2000, 2010 a 2016

Período/	Campo	Feira de	Juíz de		Ribeirão	TT 10 11
Tamanho	Grande	Santana	Fora	Londrina	Preto	Uberlândia
2000						
Até 19	36.224	20.015	36.094	37.418	40.489	33.748
De 20 a 99	24.731	13.341	21.230	23.324	27.760	21.877
Sub-total	60.955	33.356	57.324	60.742	68.249	55.625
De 100 a 499	25.330	10.515	21.028	18.230	25.242	20.816
500 ou Mais	65.829	8.036	17.216	21.298	22.703	24.933
Total	152.114	51.907	95.568	100.270	116.194	101.374
2010						
Até 19	58.113	35.051	46.897	56.073	67.707	53.995
De 20 a 99	47.400	28.795	30.387	41.920	52.732	40.395
Sub-total	105.513	63.846	77.284	97.993	120.439	94.390
De 100 a 499	42.729	24.191	28.387	33.235	41.086	34.988
500 ou Mais	105.246	15.867	28.649	25.647	38.877	53.993
Total	253.488	103.904	134.320	156.875	200.402	183.371
2016						
Até 19	68.984	41.677	49.331	61.357	76.388	64.388
De 20 a 99	52.897	30.252	33.710	43.335	57.818	45.803
Sub-total	121.881	71.929	83.041	104.692	134.206	110.191
De 100 a 499	43.883	23.746	27.804	32.115	44.490	37.596
500 ou Mais	98.977	20.284	33.404	30.920	44.125	61.651
Total	264.741	115.959	144.249	167.727	222.821	209.438

De acordo com as Tabelas 9 e 10, observa-se que, no período analisado (2000, 2010 e 2016), mais de 50% dos empregados dos municípios analisados mantêm vínculo nos estabelecimentos de menor porte (até 99 empregados). Porém, cabe destacar que, em alguns municípios, é decrescente o número de trabalhadores ligados a esses estabelecimentos. Ou seja, em Feira de Santana, Juiz de Fora e Uberlândia, enquanto 64,26%, 59,98% e 54,87% dos empregados estavam ligados aos estabelecimentos com até 99 empregados, em 2000, no ano de 2016 esse percentual reduz para 62,03%, 57,57% e 52,61%, respectivamente. Como consequência, observa-se que, ao longo do período analisado, há um aumento do número de empregados ligados às empresas de maior porte e, como exemplo, nota-se que nas empresas de grande porte (500 ou mais empregados), há um acréscimo na participação relativa no total de

empregos, passando de 15,48%, 18,01% e 24,60%, em 2000, para 17,49%, 23,16% e 29,44% em 2016, respectivamente.

**Tabela 10 -** Participação dos empregos formais nos Municípios Selecionados

segundo o tamanho dos estabelecimentos - 2000, 2010 a 2016 (%)

Período/	Campo	Feira de	Juíz de	Londrina	Ribeirão	Uberlândia
Tamanho	Grande	Santana	Fora	Lonuima	Preto	Oberiandia
2000						
Até 19	23,81	38,56	37,77	37,32	34,85	33,29
De 20 a 99	16,26	25,70	22,21	23,26	23,89	21,58
Sub-total	40,07	64,26	59,98	60,58	58,74	54,87
De 100 a 499	16,65	20,26	22,00	18,18	21,72	20,53
500 ou Mais	43,28	15,48	18,01	21,24	19,54	24,60
Total	100	100	100	100	100	100
2010						
Até 19	22,93	33,73	34,91	35,74	33,79	29,45
De 20 a 99	18,70	27,71	22,62	26,72	26,31	22,03
Sub-total	41,62	61,45	57,54	62,47	60,10	51,47
De 100 a 499	16,86	23,28	21,13	21,19	20,50	19,08
500 ou Mais	41,52	15,27	21,33	16,35	19,40	29,44
Total	100	100	100	100	100	100
2016						
Até 19	26,06	35,94	34,20	36,58	34,28	30,74
De 20 a 99	19,98	26,09	23,37	25,84	25,95	21,87
Sub-total	46,04	62,03	57,57	62,42	60,23	52,61
De 100 a 499	16,58	20,48	19,28	19,15	19,97	17,95
500 ou Mais	37,39	17,49	23,16	18,43	19,80	29,44
Total	100	100	100	100	100	100

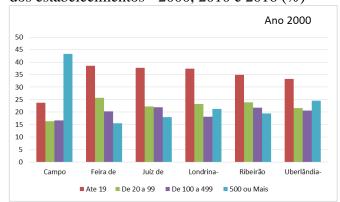
Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Por outro lado, os municípios de Campo Grande, Londrina e Ribeirão Preto apresentaram aumento na participação relativa desses estabelecimentos com até 99 empregados, passando de 40,70%, 60,58% e 58,74%, em 2000, para 46,04%, 62,42% e 60,23% em 2016, respectivamente. E, no caso o município de Campo Grande, é necessário registrar que, embora apresente aumento de trabalhadores, vinculados aos estabelecimentos com até 99 empregados, é considerado uma exceção pelo fato dos estabelecimentos de menor porte não empregarem a maioria dos trabalhadores do município. Ou seja, em Campo Grande os estabelecimentos de maior porte (de 100 ou mais empregados) mantêm mais de 50% dos vínculos de trabalho no município e, em especial, os estabelecimentos de maior porte (de 500 ou mais com empregados) contam com

participação relativa bastante significativa no total de empregos gerados, sendo 43,28%, em 2000, e 37,39% em 2016.

Nesse sentido, a apresentação da Figura 3 tem como objetivo permitir, no âmbito dos municípios selecionados, uma reflexão sobre a tendência geral do emprego que se expressa na distribuição e/ou concentração do estoque de trabalhadores, conforme o tamanho dos estabelecimentos. Mais uma vez, portanto, chama a atenção o fato do gráfico evidenciar a grande participação dos estabelecimentos de pequeno porte (até 99 empregados) na geração de emprego, no período analisado, com exceção apenas do município de Campo Grande, onde os estabelecimentos de maior porte (de 100 ou mais empregados) mantêm mais de 50% dos vínculos de trabalho no município.

**Figura 3** - Participação dos empregos formais nos Municípios Selecionados segundo o tamanho dos estabelecimentos - 2000, 2010 e 2016 (%)





Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

## 6 - Considerações Finais

De forma geral, conclui-se que os dados analisados para o País e para os municípios selecionados demonstram que a evolução do emprego teve ritmos diferenciados durante o período analisado e que, a partir de 2010, encerra o período de vigor e o mercado de trabalho passa a apresentar sinais claros de desaceleração do crescimento do emprego formal, culminando com o aprofundamento da crise, em todos os municípios, quando estes passam a apresentar taxas negativas de crescimento do emprego nos anos de 2015 e 2016 e, no caso do município de Juiz de Fora, com resultados negativos já a partir de 2014.

Do ponto de vista setorial, ainda que o ritmo de crescimento diferenciado seja comum na maioria dos setores, os números evidenciam que o setor serviços e o comércio se destacam, em todos os anos analisados, com as maiores participações relativas no total das ocupações geradas e, em 2016, são mantidos como os setores que mais empregam em todos os municípios selecionados. A exceção é apenas para o município de Campo Grande, onde o setor administração pública substitui o papel de destaque do comércio, possivelmente por se tratar de uma capital com composição e dinâmica do mercado de trabalho diferente dos demais municípios.

Assim, quando se analisa o número de empregados formais nos municípios selecionados, segundo o tipo de vínculo empregatício, verifica-se que a maior parte dos vínculos ativos é constituída de vínculos celetistas e estatutários. Além disso, os vínculos tidos como avulsos, temporários e aprendizes, embora apresentem participação relativa baixa, se destacam pelo aumento ou queda no quantitativo de postos de trabalho dessa natureza.

De outra parte, observa-se que, na maioria dos municípios analisados, no período analisado (2000, 2010 e 2016), mais de 50% dos empregados mantêm vínculo nos estabelecimentos de menor porte (até 99 empregados). Porém, é importante destacar que em alguns municípios é decrescente o número de trabalhadores ligados a esses estabelecimentos. Como consequência, verifica-se um aumento do número de empregados ligados às empresas de maior porte e, como exemplo, nota-se que nas empresas de grande porte (500 ou mais empregados) há um acréscimo na participação relativa do total de empregos.

Finalmente, conforme já foi dito, o cenário apresentado demonstra que a dinâmica das ocupações formais perde o seu vigor a partir de 2010, e os sinais evidentes da crise no mercado de trabalho cria impactos negativos sobre os municípios analisados e torna o tema importante e

central no debate econômico. De outra parte, ao contrário das afirmações de que o ajuste fiscal e as reformas implementadas e pretendidas pelo governo atual podem gerar crescimento virtuoso, a expectativa é que podem reservar uma mudança no mundo do trabalho refletindo em aumento do desemprego e da precarização do mercado de trabalho quando não se adotam políticas voltadas ao crescimento econômico sustentável.

## II - Estabelecimentos Empregadores Formais nos Municípios Selecionados

Ester William Ferreira<sup>14</sup>

### 1 - Introdução

As informações sobre os estabelecimentos empregadores formais nos seis municípios selecionados neste estudo - Campo Grande-MS, Feira de Santana-BA, Juiz de Fora-MG, Londrina-PR, Ribeirão Preto-SP e Uberlândia-MG - foram obtidas por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), base de dados disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). De acordo com esta base são considerados estabelecimentos empregadores aqueles que têm registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro Específico do INSS (CEI), e que apresentaram, em 31/12 de cada ano-base, algum empregado ou que tiveram alguma admissão ou desligamento ao longo do ano. As informações são provenientes de um questionário anual que é preenchido obrigatoriamente por todos os estabelecimentos empregadores.

Nesta seção, foram levantadas as informações referentes aos anos 2000 a 2016<sup>15</sup>, que são analisadas em três subseções além dessa introdução. Na subseção 2, é apresentada a evolução geral do número de estabelecimentos formais no Brasil e nos municípios selecionados. Na subseção 3, com o objetivo de conhecer a distribuição dos estabelecimentos por setor e por subsetor de atividade econômica, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), optou-se pela análise dos dados em anos específicos, a partir dos quais é possível obter um retrato da evolução do quantitativo de empregadores no período em estudo. Na subseção 4, para maior detalhamento, foram observadas as mesmas variáveis segundo o tamanho dos estabelecimentos nos anos 2005, 2010 e 2016.

Cabe esclarecer que o presente estudo não pretende tecer detalhamentos a respeito dos condicionantes que podem explicar o quadro da variação do número de estabelecimentos empregadores formais, nos anos estudados, em cada município selecionado, visto que tal tarefa implicaria em levantamentos e análises de outras variáveis em nível municipal, o que, no

-

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Doutora em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia/IERIUFU. Pesquisadora do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Até o presente, 2016 é o último ano para o qual estão disponibilizados os dados da RAIS.

momento, não constituem o objeto deste trabalho. Ainda assim, acredita-se que a discussão aqui apresentada possibilitará um primeiro olhar sobre o quadro dos estabelecimentos formais nos municípios pesquisados, abrindo caminho para estudos mais específicos posteriormente.

## 2 - Análise Geral da Evolução do Número de Estabelecimentos Formais no Brasil e nos Municípios Selecionados, nos anos 2000 a 2016

No Brasil, o número de estabelecimentos formais cresceu, de maneira geral, no período 2000 a 2016, como pode ser visto no Gráfico 3 e na Tabela 11.

Em âmbito nacional havia 2.238.687 estabelecimentos em 2000 e, em 2016, chegou-se a 3.921.448, um aumento de 75,16% em razão de 1.682.761 declarações adicionais entre esses anos. Desde o ano 2000, o número de estabelecimentos mostrou crescimento no Brasil, mas isto não aconteceu a taxas crescentes, uma vez que foram observadas desacelerações e reduções do quantitativo de empregadores de mão de obra ao longo do período analisado, especialmente em 2016, quando aconteceu uma variação negativa de -1,25% relativamente ao ano anterior.

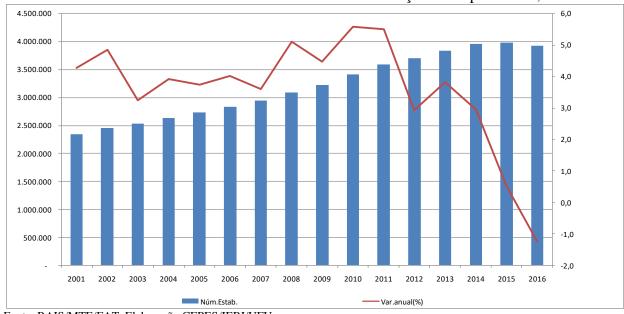


Gráfico 3- Brasil: número de estabelecimentos formais e variação anual percentual, 2001 a 2016

Fonte: RAIS/MTE/FAT. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

O Gráfico 3 mostra que, no Brasil, as maiores variações anuais positivas aconteceram nos anos 2001 (4,28%), 2002 (4,85%), 2004 (3,91%), 2006 (4,02%), 2008 (5,11%), 2010 (5,58%),

2011 (5,5%) e 2013 (3,82%). Nos demais anos observou-se a desaceleração no quantitativo de empregadores formais, especialmente em 2014 (2,95%), 2015 (0,53%) e 2016 (-1,25%), quando as variações anuais se mostraram as mais baixas do período, chegando à diminuição no número de estabelecimentos no último ano.

Fica evidenciado, portanto, que as variações anuais percentuais foram mais elevadas até 2011, enquanto, a partir de 2012, e mais intensamente em 2015 e 2016, verificou-se menor crescimento do número de estabelecimentos formais no país e, nesse último ano, até redução do quantitativo, como reflexo da desaceleração econômica vivenciada pela economia brasileira.

No que tange aos municípios selecionados, a Tabela 11 e a Figura 4 apresentam a evolução do número de empregadores formais, bem como as variações anuais percentuais registradas no período 2000-2016.

Pode-se observar que, em números absolutos, todos os municípios evidenciaram aumento no quantitativo de empregadores formais nos anos analisados, passando por redução nesse quantitativo em 2015 – no caso dos municípios Feira de Santana (com variação anual percentual de -0,55%), Juiz de Fora (-1,25%), Londrina (-1,10%) e Uberlândia (-0,63%) - e em 2016, quando Juiz de Fora, Londrina e Uberlândia continuaram o movimento de redução do número de estabelecimentos, com variações anuais percentuais de -0,65%, -1,68% e -2,04%, respectivamente, acompanhados dos municípios Campo Grande e Ribeirão Preto, que apresentaram, nesse ano, as variações anuais de -1,63% e -1,0%, respectivamente.

Em Campo Grande, as maiores variações anuais percentuais foram observadas nos anos 2002 (5,18%), 2009 (6,37%), 2010 (7,15%), 2011 (5,23%) e 2012 (5,51%). A partir de 2013 nota-se uma trajetória de desaceleração do crescimento do número de estabelecimentos – 2013 (4,84%), 2014 (3,49%) e 2015 (1,56%), chegando, em 2016, a uma redução dos mesmos (-1,63%).

Essa evolução das variações anuais percentuais do município de Campo Grande, se comparada à evolução experimentada pelo Brasil (Gráfico 3), mostra que a capital do Estado de Mato Grosso do Sul também registrou os maiores aumentos na quantidade de estabelecimentos formais nos anos em que, em âmbito nacional, acontecia a aceleração da atividade econômica – entre 2008 e 2010 -, passando pelo processo de desaceleração em seguida.

Tabela 11 - Número de estabelecimentos formais e variação anual percentual no Brasil e nos municípios selecionados, 2000 a 2016

					3							·		
Ano	Brasi	il	Campo Gr	ande-MS	Feira de San	tana -BA	Juiz de Fo	ora-MG	Londrii	na-PR	Ribeirao I	Preto-SP	Uberland	lia-MG
	Número	Var(%)	Número	Var(%)	Número	Var(%)	Número	Var(%)	Número	Var(%)	Número	Var(%)	Número	Var(%)
2000	2.238.687	-	11.616	-	5.823	-	11.931	-	11.736	-	12.774	-	10.962	-
2001	2.334.581	4,28	11.887	2,33	6.180	6,13	11.960	0,24	12.114	3,22	13.299	4,11	11.446	4,42
2002	2.447.865	4,85	12.503	5,18	6.614	7,02	12.089	1,08	12.363	2,06	13.962	4,99	12.101	5,72
2003	2.527.285	3,24	12.998	3,96	6.956	5,17	12.101	0,10	12.894	4,30	14.236	1,96	12.551	3,72
2004	2.626.176	3,91	13.477	3,69	7.214	3,71	12.136	0,29	13.254	2,79	14.793	3,91	12.590	0,31
2005	2.724.172	3,73	13.704	1,68	7.628	5,74	12.072	-0,53	13.773	3,92	15.064	1,83	13.009	3,33
2006	2.833.567	4,02	14.171	3,41	7.937	4,05	12.270	1,64	14.101	2,38	15.604	3,58	13.554	4,19
2007	2.935.448	3,60	14.537	2,58	8.294	4,50	12.516	2,00	14.572	3,34	16.218	3,93	13.897	2,53
2008	3.085.470	5,11	15.081	3,74	8.896	7,26	13.213	5,57	15.305	5,03	17.330	6,86	14.515	4,45
2009	3.223.514	4,47	16.042	6,37	9.301	4,55	13.681	3,54	16.078	5,05	18.203	5,04	15.354	5,78
2010	3.403.448	5,58	17.189	7,15	10.031	7,85	14.222	3,95	16.822	4,63	19.413	6,65	16.454	7,16
2011	3.590.616	5,50	18.088	5,23	10.808	7,75	14.552	2,32	17.404	3,46	20.381	4,99	17.466	6,15
2012	3.695.735	2,93	19.084	5,51	11.392	5,40	14.923	2,55	18.014	3,50	20.836	2,23	18.395	5,32
2013	3.836.771	3,82	20.007	4,84	11.846	3,99	15.107	1,23	18.520	2,81	21.544	3,40	19.298	4,91
2014	3.949.979	2,95	20.706	3,49	12.298	3,82	15.190	0,55	18.760	1,30	22.138	2,76	20.357	5,49
2015	3.971.108	0,53	21.030	1,56	12.230	-0,55	15.000	-1,25	18.553	-1,10	22.170	0,14	20.229	-0,63
2016	3.921.448	-1,25	20.688	-1,63	12.237	0,06	14.903	-0,65	18.241	-1,68	21.949	-1,00	19.817	-2,04

A Figura 4 mostra que o município de Feira de Santana, por sua vez, apresentou uma trajetória de variação anual do número de estabelecimentos mais oscilante do que a apresentada por Campo Grande. Em Feira de Santana, nos anos 2001, 2002 e 2003 verificou-se taxas mais elevadas de variação anual — 6,13%, 7,02% e 5,17%, respectivamente. Em 2004, há uma desaceleração que é expressa na taxa de 3,71%, voltando a trajetória de crescimento em 2005, com a variação anual percentual de 5,74%. Embora com taxas anuais acima de 4% nos anos 2006, 2007 e 2009, foi em 2008, 2010 e 2011 que foram registradas as maiores taxas anuais — 7,26%, 7,85% e 7,75%, respectivamente. A partir daí, há uma desaceleração contínua do aumento do quantitativo de empregadores formais, chegando a uma redução, em 2015, expressa na variação anual de -0,55%, voltando, em 2016, a um pequeno incremento nesse quantitativo (0,06%) em relação ao ano anterior.

Com taxas de variações anuais percentuais mais baixas do que as dos demais municípios, Juiz de Fora registrou menor incremento no número de estabelecimentos formais de um ano para outro (Figura 4). Nos primeiros anos do período analisado as variações anuais foram: 0,24% em 2001; 1,08% em 2002; 0,10% em 2003 e 0,29% em 2004. Em 2005 foi registrada a primeira variação negativa (-0,53%), refletindo a redução de 64 estabelecimentos em relação a 2004. As maiores taxas anuais foram observadas nos anos 2008, 2009 e 2010 – 5,57%, 3,54% e 3,95%, respectivamente -, notando-se redução contínua a partir daí e chegando, nos últimos três anos, às taxas de 0,55% em 2014; -1,25% em 2015, e -0,65% em 2016.

Em Londrina, assim como nos demais municípios, embora tenha sido observado o incremento no quantitativo de estabelecimentos formais ao longo do período analisado, nos anos 2008, 2009 e 2010 é que foram percebidas as variações anuais percentuais mais elevadas – 5,03%, 5,05% e 4,63%, respectivamente. A partir de 2011 nota-se a desaceleração desse incremento e, por fim, a redução do quantitativo de empregadores formais em 2015 e 2016, quando as variações anuais foram -1,10% e -1,68%, respectivamente, em resposta à diminuição de 207 estabelecimentos em 2015 e de 312 em 2016.

25.000 Campo Grande-MS Feira de Santana - BA 7,0 8,0 12.000 20.000 10.000 15.000 8.000 6.000 10.000 1,0 5.000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 16.000 6,0 6,0 20.000 Londrina - PR Juiz de Fora - MG 18.000 14.000 16.000 12.000 14.000 10.000 12.000 10.000 8.000 6.000 0,0 6.000 4.000 4.000 -2,0 2.000 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 Núm Estab ---- Var.anual(%) 25.000 25.000 Ribeirão Preto - SP Uberlândia - MG 20.000 6,0 20.000 15.000 15.000 10.000 10.000 5.000 0,0 -1,0 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 Núm.Estab

Figura 4- Número de estabelecimentos formais e variação anual percentual nos municípios selecionados, 2001 a 2016

O município de Ribeirão Preto iniciou os anos 2000 com variações anuais superiores a 4% - em 2001, com taxa de 4,11% e, em 2002, de 4,99%. Depois, apresentou menor ritmo de crescimento no número de estabelecimentos em 2003 (1,96%) e 2005 (1,83%), voltando a taxas próximas de 4% em 2006 e 2007. Nos anos 2008, 2009 e 2010, tal como observado nos demais municípios, foram percebidas as maiores variações anuais do período analisado – 6,86%, 5,04% e 6,65%, respectivamente. Nos anos seguintes nota-se a desaceleração do aumento do quantitativo de estabelecimentos, especialmente em 2012 (2,23%), 2014 (2,76%) e 2015 (0,14%), chegando à redução desse quantitativo em 2016, quando a variação foi de -1,0%.

Também em Uberlândia, no início dos anos 2000, foram observadas taxas anuais que variaram entre 4% e 6%. Contudo, em 2008 e, mais intensamente a partir de 2009 até 2012, é que são registradas as taxas mais elevadas de crescimento do número de estabelecimentos, chegando a 7,16% em 2010 e 6,15% em 2011. Mesmo nos anos 2012, 2013 e 2014, quando se tem forte desaceleração no quantitativo de empregadores formais nos demais municípios selecionados, em Uberlândia as variações anuais foram de 5,32%, 4,91% e 5,49%, respectivamente. Em 2015, no entanto, esse município também passa a registrar a redução no número de estabelecimentos, com a taxa de -0,63%; quadro que se intensifica em 2016, quando a taxa passa para -2,04%, superior às variações negativas percebidas nos municípios de Londrina (-1,68%), Campo Grande (-1,63%), Ribeirão Preto (-1,0%) e Juiz de Fora (-0,65%).

Isto posto, o que se observou quanto à evolução do número de estabelecimentos nos municípios selecionados é que houve, sim, um aumento absoluto desse número no período analisado, da mesma forma que ocorreu em âmbito nacional, mas que, visto ano a ano, esse aumento passou por variações que evidenciaram os momentos de aceleração e de desaceleração da economia brasileira, chegando à redução do número de empregadores nos dois últimos anos estudados (2015 e 2016), marcados pelo acirramento da crise econômica e política.

Nesta direção, o Gráfico 4 mostra que, tanto para o Brasil quanto para os municípios selecionados, o período de maiores taxas médias geométricas de crescimento anual do quantitativo de estabelecimentos formais foram os anos 2000 a 2010 relativamente aos anos 2011 a 2016. Ressalta-se que, quanto ao primeiro período (2000-2010), foram os anos 2007 a 2010 os que apresentaram as taxas de crescimento mais elevadas, possivelmente em resposta aos programas governamentais de incentivo ao investimento em áreas estratégicas como forma de combate à crise.

No Brasil, o número de empregadores formais cresceu 3,88% ao ano (a.a.) no período 2000-2010. Nesses anos, entre os municípios selecionados, Feira de Santana se destacou com a taxa média geométrica de 5,07% a.a., maior do que a do País e do que as dos demais municípios. Com taxa igual à verificada em âmbito nacional, Ribeirão Preto teve crescimento de 3,88% a.a. no número de estabelecimentos, seguido por Uberlândia (3,76% a.a.), Campo Grande (3,63% a.a.) e Londrina (3,33% a.a.). O município de Juiz de Fora foi o que registrou a menor taxa de crescimento geométrico (1,61% a.a.) nos anos 2000 a 2010.

6,0 5,0 4,0 3,0 % 2,0 1,0 0,0 Feira de Santana-Campo Grande-Ribeirao Preto-Brasil Juiz de Fora-MG Londrina-PR Uberlândia-MG MS BA SP 2000-2010 3,88 3,63 5,07 1,61 3,33 3,88 3,76 2011-2016 1,48 2,26 0,40 0,79 1,24 2,13

**Gráfico 4** -Taxa média geométrica de crescimento anual (%) do número de estabelecimentos formais nos municípios selecionados, nos períodos 2000-2010 e 2011-2016

Fonte: RAIS/MTE/FAT. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

No período 2011-2016, a taxa média geométrica de crescimento anual reduziu-se consideravelmente no Brasil e nos municípios selecionados. Em âmbito nacional, a taxa saiu de 3,88% a.a. para 1,48% a.a. Entre os municípios selecionados, Juiz de Fora foi o que apresentou a menor taxa anual do período (0,4 % a.a.), seguido por Londrina (0,79% a.a.) e Ribeirão Preto (1,24% a.a). Nos municípios Campo Grande, Feira de Santana e Uberlândia as taxas ficaram acima de 2% - 2,26% a.a., 2,09% a.a. e 2,13% a.a., respectivamente -, mais baixas que as taxas alcançadas no período 2000-2010, porém superiores à taxa registrada no País.

As informações sobre vínculos empregatícios formais, analisadas na seção anterior, também mostram que, no que se refere à evolução do emprego durante os anos 2000-2016, o ritmo de crescimento foi diferenciado entre os municípios selecionados. Contudo, foi comum entre eles o fato de que, após 2010, iniciou-se um período de desaceleração do aumento do

emprego formal, culminando com a redução do número de postos de trabalho nos anos 2015 e 2016, quando os municípios passaram a apresentar taxas negativas de crescimento do emprego.

## 3 - Estabelecimentos Formais segundo os Setores e Subsetores de Atividade Econômica

A fim de conhecer a distribuição dos estabelecimentos formais dos municípios selecionados no total de empregadores formais registrados nas respectivas unidades federativas, são apresentadas, na Tabela 12, as informações referentes aos anos 2000, 2005, 2010 e 2016. Nessa tabela também foram calculadas as participações relativas do número de estabelecimentos de cada estado no total registrado no País.

**Tabela 12-** Número de estabelecimentos formais no Brasil e nos municípios selecionados e participação relativa no total de estabelecimentos formais do País e das respectivas unidades federativas nos anos 2000, 2005, 2010 e 2016

Brasil, UFs e	20	00	20	05	20	10	20	16
municípios selecionados	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)
Brasil	2.238.687	-	2.724.172	-	3.403.448	-	3.921.448	-
Bahia	93.763	4,19	121.453	4,46	157.170	4,62	188.622	4,81
Feira de Santana	5.823	6,21	7.628	6,28	10.031	6,38	12.237	6,49
Mato Grosso do Sul	38.680	1,73	48.626	1,78	58.915	1,73	71.243	1,82
Campo Grande	11.616	30,03	13.704	28,18	17.189	29,18	20.688	29,04
Minas Gerais	321.160	14,35	374.741	13,76	454.061	13,34	504.428	12,86
Juiz de Fora	11.931	3,71	12.072	3,22	14.222	3,13	14.903	2,95
Uberlândia	10.962	3,41	13.009	3,47	16.454	3,62	19.817	3,93
Paraná	174.508	7,80	219.031	8,04	274.319	8,06	310.692	7,92
Londrina	11.736	6,73	13.773	6,29	16.822	6,13	18.241	5,87
São Paulo	639.944	28,59	749.495	27,51	914.515	26,87	1.020.564	26,03
Ribeirão Preto	12.774	2,00	15.064	2,01	19.413	2,12	21.949	2,15

Fonte: RAIS/MTE/FAT. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Campo Grande é o município que detém a maior participação relativa no total de estabelecimentos formais do seu estado comparativamente aos demais municípios em relação às suas unidades federativas. Certamente, por ser esse município a capital de um estado dentre os seis analisados, ele concentra grande parte do número de empregadores formais do Estado do Mato Grosso do Sul ao longo do período em estudo. Em 2000, essa participação relativa era de 30%, aproximadamente, passando para 28%, em 2005, e 29% em 2010 e em

2016. O Estado de Mato Grosso do Sul, por sua vez, é o estado que registra a menor participação percentual no total de estabelecimentos do Brasil – menos de 2% em todos os anos considerados.

No Estado do Paraná, onde estão concentrados 7% a 8% dos estabelecimentos formais do País, Londrina teve participações de 6,73% em 2000; 6,29% em 2005; 6,13% em 2010 e 5,87% em 2016. Com percentuais próximos, o município de Feira de Santana apresentou uma participação em torno de 6% no total de estabelecimentos do Estado da Bahia, cuja participação percentual no somatório de empregadores formais do País variou entre 4% e 5%.

Em Minas Gerais, estado com aproximadamente 13% e 14% dos estabelecimentos formais do Brasil nos anos selecionados, Juiz de Fora e Uberlândia registraram participações relativas próximas nos quatro anos. Percebe-se, no entanto, que somente em 2000 o município de Juiz de Fora detinha percentual mais elevado do que Uberlândia – 3,71% *versus* 3,41%, respectivamente -, enquanto em 2005, 2010 e 2016 Uberlândia passou a apresentar participações pouco mais elevadas - 3,47%, 3,62% e 3,93%, respectivamente.

O Estado de São Paulo registrou 28,59% do total de estabelecimentos formais do País em 2000, percentual que diminuiu em 2005 para 27,51%; em 2010, para 26,87% e, em 2016, para 26,03%. Nesse estado, o município selecionado (Ribeirão Preto) deteve participações que ficaram em torno de 2% do somatório de empregadores formais nos anos em estudo.

No Estado da Bahia, cuja participação relativa no total de estabelecimentos formais no País girava em torno de 4% a 5% em 2000, 2005, 2010 e 2016, o município de Feira de Santana contava com 6,21% do quantitativo de empregadores registrados na RAIS em 2000; 6,28% em 2005; 6,38% em 2010, e 6,49% em 2016. Com essas participações, Feira de Santana se aproxima mais do município de Londrina do que dos demais no que se refere à quantidade de estabelecimentos formais relativamente ao estado a que pertence.

A Tabela 13 mostra a distribuição das firmas empregadoras por setor de atividade econômica<sup>16</sup>, nos anos 2000, 2005, 2010 e 2016 nos seis municípios estudados. À primeira vista é possível perceber que os setores que detêm o maior número de estabelecimentos são Comércio e Serviços, alternando entre si o primeiro lugar e o segundo a depender do município considerado.

\_

Os setores de atividade econômica conforme classificação do IBGE são: Administração Pública; Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca; Comércio; Construção Civil; Extrativa Mineral; Indústria de Transformação; Serviços; Serviços Industriais de Utilidade Pública.

**Tabela 13** - Número de estabelecimentos formais e participação relativa segundo o setor de atividade econômica nos municípios selecionados, 2000, 2005, 2010 e 2016

(Continua	na nró	vima n:	áσinal

(Continua na próxi	та радіпа)			Seto	r de ativi	dade econ	ìmica			
Município	s/Ano	Adm. Pública	Agropec.*	Comércio	Const.	Extrat. Mineral	Ind. de Transf.	Serviços	Serv. Ind. de Util. Pub.	Total
Campo Grande	- MS									
2000	Núm.	70	1.361	4.301	646	15	632	4.567	24	11.616
	Partic. (%)	0,60	11,72	37,03	5,56	0,13	5,44	39,32	0,21	100
2005	Núm.	76	1.431	5.367	649	19	736	5.395	31	13.704
	Partic. (%)	0,55	10,44	39,16	4,74	0,14	5,37	39,37	0,23	100
2010	Núm.	68	1.432	6.641	1.157	13	1.002	6.841	35	17.189
	Partic. (%)	0,40	8,33	38,64	6,73	0,08	5,83	39,80	0,20	100
2016	Núm.	74	1.297	7.606	1.545	13	1.335	8.769	49	20.688
	Partic. (%)	0,36	6,27	36,77	7,47	0,06	6,45	42,39	0,24	100
Feira de Santan	a - BA									
2000	Núm.	7	223	3.024	221	9	709	1.625	5	5.823
	Partic. (%)	0,12	3,83	51,93	3,80	0,15	12,18	27,91	0,09	100
2005	Núm.	7	278	3.995	259	8	920	2.149	12	7.628
	Partic. (%)	0,09	3,64	52,37	3,40	0,10	12,06	28,17	0,16	100
2010	Núm.	7	320	5.224	402	11	1.211	2.849	7	10.031
	Partic. (%)	0,07	3,19	52,08	4,01	0,11	12,07	28,40	0,07	100
2016	Núm.	9	267	6.118	574	15	1.196	4.047	11	12.237
	Partic. (%)	0,07	2,18	50,00	4,69	0,12	9,77	33,07	0,09	100
Juiz de Fora - M	<b>I</b> G									
2000	Núm.	38	613	4.408	850	19	1.255	4.744	4	11.931
	Partic. (%)	0,32	5,14	36,95	7,12	0,16	10,52	39,76	0,03	100
2005	Núm.	22	643	4.643	547	10	1.225	4.977	5	12.072
	Partic. (%)	0,18	5,33	38,46	4,53	0,08	10,15	41,23	0,04	100
2010	Núm.	21	591	5.505	792	10	1.377	5.917	9	14.222
	Partic. (%)	0,15	4,16	38,71	5,57	0,07	9,68	41,60	0,06	100
2016	Núm.	12	579	5.524	819	11	1.359	6.579	20	14.903
	Partic. (%)	0,08	3,89	37,07	5,50	0,07	9,12	44,15	0,13	100
Londrina - PR										
2000	Núm.	30	871	4.311	622	12	1.214	4.671	5	11.736
	Partic. (%)	0,26	7,42	36,73	5,30	0,10	10,34	39,80	0,04	100
2005	Núm.	13	798	5.397	630	12	1.468	5.450	5	13.773
	Partic. (%)	0,09	5,79	39,19	4,57	0,09	10,66	39,57	0,04	100
2010	Núm.	8	737	6.794	1.083	8	1.739	6.438	15	16.822
	Partic. (%)	0,05	4,38	40,39	6,44	0,05	10,34	38,27	0,09	100
2016	Núm.	9	644	7.003	1.162	6	1.716	7.683	18	18.241
	Partic. (%)	0,05	3,53	38,39	6,37	0,03	9,41	42,12	0,10	100

(Co	ntinu	ação)

				Seto	r de ativi	dade econ	ômica			
Município	s/Ano	Adm. Pública	Agropec.*	Comércio	Const. Civil	Extrat. Mineral	Ind. de Transf.	Serviços	Serv. Ind. de Util. Pub.	Total
Ribeirão Preto	- SP									
2000	Núm.	19	207	5.723	639	7	1.074	5.094	11	12.774
	Partic. (%)	0,15	1,62	44,80	5,00	0,05	8,41	39,88	0,09	100
2005	Núm.	20	218	7.033	689	6	1.216	5.874	8	15.064
	Partic. (%)	0,13	1,45	46,69	4,57	0,04	8,07	38,99	0,05	100
2010	Núm.	17	216	8.796	1.202	5	1.425	7.731	21	19.413
	Partic. (%)	0,09	1,11	45,31	6,19	0,03	7,34	39,82	0,11	100
2016	Núm.	25	239	8.970	1.417	4	1.664	9.599	31	21.949
	Partic. (%)	0,11	1,09	40,87	6,46	0,02	7,58	43,73	0,14	100
Uberlândia - M	G									
2000	Núm.	36	1.044	4.253	853	27	909	3.830	10	10.962
	Partic. (%)	0,33	9,52	38,80	7,78	0,25	8,29	34,94	0,09	100
2005	Núm.	27	1.081	5.315	722	26	1.044	4.785	9	13.009
	Partic. (%)	0,21	8,31	40,86	5,55	0,20	8,03	36,78	0,07	100
2010	Núm.	32	1.207	6.487	1.399	22	1.355	5.938	14	16.454
	Partic. (%)	0,19	7,34	39,43	8,50	0,13	8,24	36,09	0,09	100
2016	Núm.	29	1.095	7.139	2.116	19	1.587	7.802	30	19.817
	Partic. (%)	0,15	5,53	36,02	10,68	0,10	8,01	39,37	0,15	100

\*Inclui Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Fonte: RAIS/MTE/FAT. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Em Campo Grande, o setor Serviços registrou participação relativa em torno de 39% nos anos 2000 e 2005, passando para 40% e 42% em 2010 e 2016, respectivamente. Com percentuais próximos ficou o setor Comércio – aproximadamente 37% em 2000; 39% em 2005 e 2010, e 37% em 2016. O setor Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca ocupa a terceira posição em número de empregadores formais nesse município, quadro que se assemelha apenas ao apresentado pelo município de Uberlândia, como será visto mais adiante. Em Campo Grande, esse setor tinha participações percentuais de 11,72% em 2000; 10,44% em 2005; 8,33% em 2010 e 6,27% em 2016. Os setores Construção Civil e Indústria de Transformação ocuparam as posições quarta e quinta em número de firmas registradas, respectivamente, com percentuais relativos oscilando entre 4% e 7%, no primeiro setor, e entre 5% e 6%, no último.

No município de Feira de Santana, mais de 50% dos estabelecimentos formais registrados estão concentrados no setor Comércio, enquanto 28% a 33% encontram-se no setor Serviços. O setor Indústria de Transformação apresentou participação em torno de 12% nos anos três

primeiros anos em estudo, e de 10% em 2016. Com percentuais relativos inferiores a 4%, o setor Agropecuária ocupa a quarta posição, seguido do setor Construção Civil, que, nos últimos dois anos, evidenciou maior participação relativamente ao setor Agropecuária – 4,01%, em 2010, e 4,69 em 2016.

Em Juiz de Fora, o setor Serviços exibiu os maiores percentuais relativos nos quatro anos considerados, variando entre 40% e 44%. Em segundo lugar, o setor Comércio concentrou cerca de 37% a 39% dos estabelecimentos formais do município, vindo, em seguida, os setores Indústria de Transformação e Construção Civil, com participações relativas girando em torno de 10%, no primeiro caso, e de 5% a 6%, no segundo. Mesmo com o número de empregadores formais substancialmente menor do que o observado no município de Campo Grande, o setor Agropecuária, em Juiz de Fora, registrou participações relativas mais elevadas do que Feira de Santana, variando em torno de 5% nos três primeiros anos selecionados, mas reduzindo para 3,89% em 2016.

Em Londrina, tal como em Campo Grande e em Juiz de Fora, o setor Serviços registrou as maiores participações relativas quanto ao número de estabelecimentos formais no município, com percentuais variando de 38% a 42% nos anos 2000, 2005, 2010 e 2016. O setor Comércio veio logo em seguida, com participações de 36,73% em 2000; 39,19% em 2005; 40,39% em 2010 e 38,39% em 2016. No setor Indústria de Transformação estavam concentrados cerca de 10% das firmas registradas nos anos selecionados. O setor Agropecuária mostrou redução no número de estabelecimentos quando passou de 7,42%, em 2000, para 5,79% em 2005, 4,38% em 2010 e 3,53% em 2016.

Com mais de 40% do quantitativo de empregadores formais no setor Comércio e de, aproximadamente, outros 40% no setor Serviços, nos quatro anos considerados, Ribeirão Preto se destaca como importante município polo no Estado de São Paulo, exercendo forte influência nos municípios circunvizinhos por meio de seu setor terciário, conforme demonstra a análise na seção "A dinâmica produtiva dos municípios de média concentração: uma análise para municípios selecionados", deste estudo. Depois desses setores, mas com participações relativas mais modestas estão os setores Indústria de Transformação e Construção Civil, cujos percentuais variaram entre 7% e 8%, no primeiro caso, e entre 5% e 6%, no segundo. No setor Agropecuária, a participação relativa de estabelecimentos formais não chegou a 2% nos quatro anos.

Com quadro semelhante ao observado em Ribeirão Preto, Uberlândia, também considerado município polo em sua mesorregião (Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto

Paranaíba) e no Estado de Minas Gerais, tinha cerca de 40% de seus empregadores registrados no setor Comércio, nos anos 2000, 2005, 2010 e 2016, e outros 35% a 39% no setor Serviços. Depois desses dois setores, a Indústria de Transformação concentrou aproximadamente 8% dos estabelecimentos formais nos quatro anos, percentual muito próximo aos verificados em Ribeirão Preto. O setor Construção Civil, por sua vez, mostrou participações relativas mais elevadas em Uberlândia do que em Ribeirão Preto, evidenciando maior número de firmas registradas — variando entre 5% e 10%. O setor Agropecuária também apresentou maiores percentuais de estabelecimentos formais em Uberlândia do que em Ribeirão Preto nos anos considerados, embora com diminuição ao longo do tempo — 9,52% em 2000; 8,31% em 2005; 7,34% em 2010 e 5,53% em 2016.

As tabelas 14 a 19 apresentam a distribuição do número de estabelecimentos formais em cada um dos seis municípios selecionados, bem como suas participações relativas, segundo os setores e subsetores de atividade econômica, nos anos 2005, 2010 e 2016.

A Tabela 14 mostra que, em Campo Grande, os subsetores que se destacaram com maior percentual relativo de empregadores formais foram alguns dos que constituem os setores Comércio e Serviços. Do primeiro, o Comércio Varejista se sobressaiu em relação ao Comércio Atacadista, com os percentuais de 35,46% em 2005; 35,44% em 2010 e 33,74% em 2016. No setor Serviços, por sua vez, os subsetores Administração Técnica Profissional<sup>17</sup>, Alojamento e Comunicação<sup>18</sup> e Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários foram os que concentraram a maior quantidade de firmas no mercado formal. No subsetor Administração Técnica Profissional, os percentuais relativos variaram entre12% a 14% nos três anos considerados; em Alojamento e Comunicação, entre 12% a 13%, e em Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários, entre 6% e 7%. Ressalta-se que, no setor Indústria de Transformação, embora as participações dos subsetores em relação ao total de estabelecimentos do município sejam pequenas (não chegam a 2%), é importante mostrar os percentuais de alguns subsetores comparativamente ao total do setor. O subsetor Alimentos e Bebidas, por exemplo, é o que detém o maior quantitativo de empregadores formais do setor Indústria de Transformação – entre 27% a 29% nos anos 2005, 2010 e 2016 -, seguido pelo subsetores Papel e Gráfica – entre 11% e 18% - e Indústria

<sup>17</sup> Compreende o número de estabelecimentos no subsetor das administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais e auxiliar de atividade econômica.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Compreende o número de estabelecimentos no subsetor de serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão.

Metalúrgica – entre 10% e 11%. Como já dito anteriormente, são importantes as participações relativas dos setores Agropecuária e Construção Civil nesse município.

**Tabela 14** – Campo Grande-MS: número de estabelecimentos formais e participação relativa

segundo o setor e subsetor de atividade econômica, 2005, 2010 e 2016

			An	0		
Setor e subsetor de atividade econômica	200	)5	20	10	20	16
	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)
Administração Pública	76	0,55	68	0,40	74	0,36
Agropecuária*	1.431	10,44	1.432	8,33	1.297	6,27
Comércio	5.367	39,16	6.641	38,64	7.606	36,77
Comércio Varejista	4.860	35,46	6.092	35,44	6.980	33,74
Comércio Atacadista	507	3,70	549	3,19	626	3,03
Construção Civil	649	4,74	1.157	6,73	1.545	7,47
Extrativa Mineral	19	0,14	13	0,08	13	0,06
Indústria de Transformação	736	5,37	1.002	5,83	1.335	6,45
Prod. Mineral não Metálico	42	0,31	54	0,31	71	0,34
Indústria Metalúrgica	75	0,55	96	0,56	144	0,70
Indústria Mecânica	21	0,15	64	0,37	99	0,48
Elétrico e Comunic	11	0,08	17	0,10	18	0,09
Material de Transporte	19	0,14	17	0,10	29	0,14
Madeira e Mobiliário	70	0,51	77	0,45	136	0,66
Papel e Gráfica	131	0,96	145	0,84	151	0,73
Borracha, Fumo, Couros	44	0,32	70	0,41	104	0,50
Indústria Química	58	0,42	73	0,42	75	0,36
Indústria Têxtil	71	0,52	113	0,66	116	0,56
Indústria Calçados	5	0,04	3	0,02	6	0,03
Alimentos e Bebidas	189	1,38	273	1,59	386	1,87
Serviços	5.395	39,37	6.841	39,80	8.769	42,39
Instituição Financeira	211	1,54	277	1,61	324	1,57
Adm Técnica Profissional	1.672	12,20	2.178	12,67	2.945	14,24
Transporte e Comunicações	607	4,43	799	4,65	1.054	5,09
Alojamento Comunicação	1.613	11,77	2.079	12,09	2.710	13,10
Médicos Odontológicos Vet	1.046	7,63	1.186	6,90	1.314	6,35
Ensino	246	1,80	322	1,87	422	2,04
Serv. Ind. de Util. Pub.	31	0,23	35	0,20	49	0,24
Total	13.704	100	17.189	100	20.688	100

\*Inclui Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Fonte: RAIS/MTE/FAT. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Em Feira de Santana (Tabela 15), com predomínio de estabelecimentos formais no setor Comércio, o subsetor Comércio Varejista também se destacou com a maior participação relativa, tanto no total do município (em torno de 45% a 47% nos anos selecionados) quanto no total do setor (88% a 91%). Em Serviços, onde se tem o segundo maior número de empregadores, como

visto anteriormente, sobressaíram os subsetores Alojamento e Comunicação (com percentuais variando entre 9% e 10%), Administração Técnica Profissional (entre 7% e 9%) e Transporte e Comunicações (aproximadamente 4%). Na Industria de Transformação, onde estavam 12% dos estabelecimentos formais do município em 2005 e 2010, e 8% em 2016, destacaram-se os subsetores Indústria Têxtil (com percentuais em torno de 3%, nos dois primeiros anos, e 2% no último); Alimentos e Bebidas (com aproximadamente 2% nos três anos); Indústria Química e Indústria Metalúrgica, com participações relativas variando cerca de 1% cada uma.

**Tabela 15** – Feira de Santana-BA: número de estabelecimentos formais e participação relativa segundo o setor e subsetor de atividade econômica, 2005, 2010 e 2016

			Ar			
Setor e subsetor de atividade econômica	200	05	20	10	20	16
cconomica	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)
Administração Pública	7	0,09	7	0,07	9	0,07
Agropecuária*	278	3,64	320	3,19	267	2,18
Comércio	3.995	52,37	5.224	52,08	6.118	50,00
Comércio Varejista	3.537	46,37	4.713	46,98	5.564	45,47
Comércio Atacadista	458	6,00	511	5,09	554	4,53
Construção Civil	259	3,40	402	4,01	574	4,69
Extrativa Mineral	8	0,10	11	0,11	15	0,12
Indústria de Transformação	920	12,06	1.211	12,07	1.196	9,77
Prod. Mineral não Metálico	38	0,50	66	0,66	77	0,63
Indústria Metalúrgica	83	1,09	121	1,21	107	0,87
Indústria Mecânica	19	0,25	29	0,29	51	0,42
Elétrico e Comunic	6	0,08	18	0,18	26	0,21
Material de Transporte	18	0,24	21	0,21	28	0,23
Madeira e Mobiliário	72	0,94	103	1,03	103	0,84
Papel e Gráfica	86	1,13	113	1,13	116	0,95
Borracha, Fumo, Couros	63	0,83	75	0,75	75	0,61
Indústria Química	107	1,40	129	1,29	111	0,91
Indústria Têxtil	232	3,04	304	3,03	230	1,88
Indústria Calçados	8	0,10	15	0,15	12	0,10
Alimentos e Bebidas	188	2,46	217	2,16	260	2,12
Serviços	2.149	28,17	2.849	28,40	4.047	33,07
Instituição Financeira	74	0,97	87	0,87	124	1,01
Adm Técnica Profissional	512	6,71	717	7,15	1.100	8,99
Transporte e Comunicações	281	3,68	386	3,85	568	4,64
Alojamento Comunicação	675	8,85	947	9,44	1.282	10,48
Médicos Odontológicos Vet	425	5,57	473	4,72	650	5,31
Ensino	182	2,39	239	2,38	323	2,64
Serv. Ind. de Util. Pub.	12	0,16	7	0,07	11	0,09
Total	7.628	100	10.031	100	12.237	100

\*Inclui Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Em Juiz de Fora (Tabela 16), com maior concentração de firmas formais em Serviços, os subsetores, desse setor, com participações mais elevadas foram: Alojamento e Comunicação (com percentuais entre 14% e 15% em 2005, 2010 e 2016); Administração Técnica Profissional (em torno de 13%) e Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários (entre 7% e 8%). No setor Comércio, segundo maior em número de estabelecimentos empregadores, o Comércio Varejista se destacou, com participações relativas variando entre 37% e 38%. Na Indústria de Transformação, os subsetores Indústria Têxtil, Alimentos e Bebidas, Papel e Gráfica, e Indústria Metalúrgica se sobressaíram em relação aos demais.

**Tabela 16** – Juiz de Fora-MG: número de estabelecimentos formais e participação relativa segundo o setor e subsetor de atividade econômica, 2005, 2010 e 2016

		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	And	0		
Setor e subsetor de atividade econômica	200	5	20	10	20	16
economica	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)
Administração Pública	22	0,18	21	0,15	12	0,08
Agropecuária*	643	5,33	591	4,16	579	3,89
Comércio	4.643	38,46	5.505	38,71	5.524	37,07
Comércio Varejista	4.251	35,21	5.075	35,68	5.093	34,17
Comércio Atacadista	392	3,25	430	3,02	431	2,89
Construção Civil	547	4,53	792	5,57	819	5,50
Extrativa Mineral	10	0,08	10	0,07	11	0,07
Indústria de Transformação	1.225	10,15	1.377	9,68	1.359	9,12
Prod. Mineral não Metálico	38	0,31	55	0,39	53	0,36
Indústria Metalúrgica	103	0,85	135	0,95	160	1,07
Indústria Mecânica	31	0,26	64	0,45	48	0,32
Elétrico e Comunic	9	0,07	16	0,11	15	0,10
Material de Transporte	15	0,12	14	0,10	15	0,10
Madeira e Mobiliário	66	0,55	98	0,69	101	0,68
Papel e Gráfica	106	0,88	132	0,93	103	0,69
Borracha, Fumo, Couros	48	0,40	80	0,56	80	0,54
Indústria Química	79	0,65	72	0,51	72	0,48
Indústria Têxtil	495	4,10	480	3,38	413	2,77
Indústria Calçados	15	0,12	10	0,07	5	0,03
Alimentos e Bebidas	220	1,82	221	1,55	294	1,97
Serviços	4.977	41,23	5.917	41,60	6.579	44,15
Instituição Financeira	126	1,04	184	1,29	191	1,28
Adm Técnica Profissional	1.619	13,41	1.856	13,05	2.020	13,55
Transporte e Comunicações	372	3,08	493	3,47	585	3,93
Alojamento Comunicação	1.676	13,88	2.025	14,24	2.307	15,48
Médicos Odontológicos Vet	955	7,91	1.047	7,36	1.134	7,61
Ensino	229	1,90	312	2,19	342	2,29
Serv. Ind. de Util. Pub.	5	0,04	9	0,06	20	0,13
Total	12.072	100	14.222	100	14.903	100

\*Inclui Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Observa-se, na Tabela 17, que, em Londrina, o setor Serviços, detentor das maiores participações relativas quanto ao número de estabelecimentos formais no município, tem a contribuição, principalmente, dos subsetores Administração Técnica Profissional – com percentuais relativos de 15,26% em 2005; 14,89% em 2010, e 16,72% em 2016 –; Alojamento e Comunicação – com participações variando entre 10% e 12%, aproximadamente, nos três anos – e Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários – entre 6% e 7%. No setor Comércio, também é preponderante a participação relativa do subsetor Comércio Varejista, onde estão concentrados cerca de 34% a 36% do número de empregadores formais do município. Na Indústria de Transformação, os subsetores com os maiores percentuais são: Indústria Têxtil, Alimentos e Bebida, Indústria Metalúrgica, Indústria Química e Madeira e Mobiliário.

**Tabela 17** – Londrina-PR: número de estabelecimentos formais e participação relativa segundo o setor e subsetor de atividade econômica, 2005, 2010 e 2016

Satara andreatan de atividad			Aı	no		
Setor e subsetor de atividade econômica	20	05	20	10	20	16
economica	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)
Administração Pública	13	0,09	8	0,05	9	0,05
Agropecuária*	798	5,79	737	4,38	644	3,53
Comércio	5.397	39,19	6.794	40,39	7.003	38,39
Comércio Varejista	4.794	34,81	5.998	35,66	6.178	33,87
Comércio Atacadista	603	4,38	796	4,73	825	4,52
Construção Civil	630	4,57	1.083	6,44	1.162	6,37
Extrativa Mineral	12	0,09	8	0,05	6	0,03
Indústria de Transformação	1.468	10,66	1.739	10,34	1.716	9,41
Prod. Mineral não Metálico	62	0,45	82	0,49	77	0,42
Indústria Metalúrgica	210	1,52	214	1,27	240	1,32
Indústria Mecânica	76	0,55	135	0,80	155	0,85
Elétrico e Comunic	43	0,31	62	0,37	58	0,32
Material de Transporte	47	0,34	37	0,22	34	0,19
Madeira e Mobiliário	112	0,81	177	1,05	182	1,00
Papel e Gráfica	124	0,90	147	0,87	137	0,75
Borracha, Fumo, Couros	91	0,66	114	0,68	129	0,71
Indústria Química	147	1,07	157	0,93	134	0,73
Indústria Têxtil	304	2,21	368	2,19	276	1,51
Indústria Calçados	5	0,04	6	0,04	4	0,02
Alimentos e Bebidas	247	1,79	240	1,43	290	1,59
Serviços	5.450	39,57	6.438	38,27	7.683	42,12
Instituição Financeira	184	1,34	223	1,33	266	1,46
Adm Técnica Profissional	2.102	15,26	2.505	14,89	3.050	16,72
Transporte e Comunicações	510	3,70	698	4,15	781	4,28
Alojamento Comunicação	1.467	10,65	1.721	10,23	2.148	11,78
Médicos Odontológicos Vet	940	6,82	959	5,70	1.054	5,78
Ensino	247	1,79	332	1,97	384	2,11
Serv. Ind. de Util. Pub.	5	0,04	15	0,09	18	0,10
Total	13.773	100	16.822	100	18.241	100

\*Inclui Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Em Ribeirão Preto (Tabela 18), também onde os setores Comércio e Serviços detêm o maior quantitativo de firmas registradas no mercado formal, o Comércio Varejista apresenta as participações relativas mais elevadas – 41,99% em 2005; 40,69% em 2010 e 36,38% em 2016. Em Serviços, destacaram-se os subsetores: Administração Técnica Profissional (com percentuais variando entre 12% e 16% nos três anos); Alojamento e Comunicação (cerca de 12%), e Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários (entre 6% e 7%). Na Indústria de Transformação sobressaíram os subsetores: Alimentos e Bebidas; Papel e Gráfica; Indústria Química; Indústria Metalúrgica; Indústria Têxtil, e Borracha, Fumo, Couros.

**Tabela 18** – Ribeirão Preto-SP: número de estabelecimentos formais e participação relativa segundo o setor e subsetor de atividade econômica, 2005, 2010 e 2016

Seguildo o setor e subsetor			Aı			
Setor e subsetor de atividade	20	05	20	10	20	16
econômica -	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)
Administração Pública	20	0,13	17	0,09	25	0,11
Agropecuária*	218	1,45	216	1,11	239	1,09
Comércio	7.033	46,69	8.796	45,31	8.970	40,87
Comércio Varejista	6.326	41,99	7.900	40,69	7.986	36,38
Comércio Atacadista	707	4,69	896	4,62	984	4,48
Construção Civil	689	4,57	1.202	6,19	1.417	6,46
Extrativa Mineral	6	0,04	5	0,03	4	0,02
Indústria de Transformação	1.216	8,07	1.425	7,34	1.664	7,58
Prod. Mineral não Metálico	48	0,32	62	0,32	64	0,29
Indústria Metalúrgica	152	1,01	196	1,01	210	0,96
Indústria Mecânica	74	0,49	131	0,67	168	0,77
Elétrico e Comunic	27	0,18	27	0,14	39	0,18
Material de Transporte	37	0,25	33	0,17	48	0,22
Madeira e Mobiliário	87	0,58	100	0,52	128	0,58
Papel e Gráfica	173	1,15	175	0,90	159	0,72
Borracha, Fumo, Couros	109	0,72	150	0,77	174	0,79
Indústria Química	165	1,10	172	0,89	159	0,72
Indústria Têxtil	139	0,92	144	0,74	142	0,65
Indústria Calçados	14	0,09	18	0,09	13	0,06
Alimentos e Bebidas	191	1,27	217	1,12	360	1,64
Serviços	5.874	38,99	7.731	39,82	9.599	43,73
Instituição Financeira	272	1,81	349	1,80	441	2,01
Adm Técnica Profissional	1.816	12,06	2.658	13,69	3.564	16,24
Transporte e Comunicações	554	3,68	798	4,11	1.023	4,66
Alojamento Comunicação	1.800	11,95	2.250	11,59	2.713	12,36
Médicos Odontológicos Vet	1.150	7,63	1.238	6,38	1.348	6,14
Ensino	282	1,87	438	2,26	510	2,32
Serv. Ind. de Util. Pub.	8	0,05	21	39,82	31	0,14
Total	15.064	100	19.413	100	21.949	100

\*Inclui Extração Vegetal, Caça e Pesca.

O município de Uberlândia (Tabela 19), que também tem nos setores Comércio e Serviços a maior quantidade de estabelecimentos formais, registrou as maiores participações relativas nos subsetores Comércio Varejista (em torno de 32% a 35%); Administração Técnica Profissional (entre 12% a 13%); Alojamento e Comunicação (de 10% a 12%); Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários (de 5% a 6%). Os percentuais referentes ao número de firmas no setor Indústria de Transformação foram mais elevados nos subsetores: Alimentos e Bebidas (em torno de 2% nos três anos selecionados), Indústria Têxtil (1%) e Indústria Metalúrgica (1%). O setor Construção Civil apresentou aumento na participação referente ao quantitativo de empregadores nesses três anos: 5,55% em 2005; 8,5% em 2010 e 10,68% em 2016.

**Tabela 19** — Uberlândia-MG: número de estabelecimentos formais e participação relativa segundo o setor e subsetor de atividade econômica, 2005, 2010 e 2016

G.4. I. 4. I. 4: I. I.		<u>-</u>	Aı			
Setor e subsetor de atividade econômica	20	05	20	10	20	16
economica	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)
Administração Pública	27	0,21	32	0,19	29	0,15
Agropecuária*	1.081	8,31	1.207	7,34	1.095	5,53
Comércio	5.315	40,86	6.487	39,43	7.139	36,02
Comércio Varejista	4.672	35,91	5.772	35,08	6.363	32,11
Comércio Atacadista	643	5,55	715	4,35	776	3,92
Construção Civil	722	5,55	1.399	8,50	2.116	10,68
Extrativa Mineral	26	0,20	22	0,13	19	0,10
Indústria de Transformação	1.044	8,03	1.355	8,24	1.587	8,01
Prod. Mineral não Metálico	55	0,42	71	0,43	97	0,49
Indústria Metalúrgica	126	0,97	172	1,05	277	1,40
Indústria Mecânica	42	0,32	98	0,60	124	0,63
Elétrico e Comunic	23	0,18	20	0,12	32	0,16
Material de Transporte	24	0,18	39	0,24	44	0,22
Madeira e Mobiliário	91	0,70	113	0,69	139	0,70
Papel e Gráfica	93	0,71	128	0,78	137	0,69
Borracha, Fumo, Couros	55	0,42	90	0,55	83	0,42
Indústria Química	76	0,58	86	0,52	97	0,49
Indústria Têxtil	147	1,13	204	1,24	179	0,90
Indústria Calçados	30	0,23	27	0,16	15	0,08
Alimentos e Bebidas	282	2,17	307	1,87	363	1,83
Serviços	4.785	36,78	5.938	36,09	7.802	39,37
Instituição Financeira	188	1,45	239	1,45	262	1,32
Adm Técnica Profissional	1.586	12,19	1.932	11,74	2.666	13,45
Transporte e Comunicações	652	5,01	882	5,36	1.085	5,48
Alojamento Comunicação	1.310	10,07	1.651	10,03	2.317	11,69
Médicos Odontológicos Vet	839	6,45	919	5,59	1.059	5,34
Ensino	210	1,61	315	1,91	413	2,08
Serv. Ind. de Util. Pub.	9	0,07	14	39,82	30	0,15
Total	13.009	100	16.454	100	19.817	100

\*Inclui Extração Vegetal, Caça e Pesca.

## 4 - Tamanho dos Estabelecimentos Formais

A análise da evolução do número de estabelecimentos formais segundo o tamanho do estabelecimento considerará a classificação nas seguintes faixas de acordo com o número de empregados: "Até 19" pessoas empregadas; "De 20 a 99"; "De 100 a 499", e "500 ou mais". No que se refere à primeira faixa foram detalhadas suas subfaixas componentes — "0 Empregado" (para firmas que informaram que, na data da informação prestada, não havia qualquer empregado contratado no estabelecimento); " De 1 a 4" empregados; "De 5 a 9" e "De 10 a 19". Esse procedimento possibilita verificar se há predominância de firmas muito pequenas dentre as demais.

Cabe ressaltar que, neste trabalho, não será utilizada a classificação que agrupa os estabelecimentos por tamanho abordando as nomenclaturas "microempresa", "pequena", "média" e "grande". Isto porque as definições dessas faixas são diferentes por setor, conforme estudos do SEBRAE. No caso da indústria, é considerada microempresa o estabelecimento com até 19 empregados; pequena, a partir de 20 a 99; média, de 100 a 499; e grande, de 500 ou mais. Nos setores Comércio e Serviços, por sua vez, as microempresas são aquelas com até 9 empregados; pequenas, de 10 a 49; média, de 50 a 99; e grande, 100 ou mais. Por isso, consideradas as dificuldades de comparação se adotadas diferentes classificações, optou-se por averiguar como se deu a distribuição do número de estabelecimentos nos seis municípios selecionados, nos anos 2005, 2010 e 2016, a partir das faixas de tamanho das firmas empregadoras dispostas na Tabela 20.

Inicialmente, observa-se que, em todos os municípios, mais de 90% do quantitativo de empregadores formais têm até 19 empregados. Dentro desta faixa de tamanho, aquelas firmas com 1 a 4 empregados se destacam com as maiores participações relativas. Depois destas, as de 5 a 9 empregados e, por fim, as de 10 a 19. A depender do município, há maior ou menor quantidade de estabelecimentos nas faixas de tamanho "De 100 a 499" e "500 ou mais".

Em Campo Grande, entre 91% a 92% do total de firmas registradas no município tinham até 19 empregados nos anos 2005, 2010 e 2016. Um percentual de 54% a 55% se referia a estabelecimentos com 1 a 4 empregados; 16% a 17%, com 5 a 9; e 8% a 9%, com 10 a 19. Em torno de 6% a 7% das firmas estavam na faixa "De 20 a 99" empregados; 1% na faixa "De 100 a 499", e menos de 0,5% na faixa "500 ou mais". Embora os percentuais relativos nas faixas de tamanho que correspondem às firmas maiores sejam baixos no total de estabelecimentos do

município, cabe observar que, frente aos outros cinco, Campo Grande é aquele que tem o maior número absoluto de firmas nas faixas "De 100 a 499" e "500 ou mais".

Também em Feira de Santana, entre 91% a 92% do total de estabelecimentos registrados tinham até 19 empregados nos anos selecionados. Aproximadamente 54% a 56% se encontravam na faixa "De 1 a 4" empregados; 17% a 18%, na faixa "De 5 a 9"; e 9%, "De 10 a 19". Com percentuais relativos próximos aos de Campo Grande, em torno de 7% das firmas formais em Feira de Santana tinham de 20 a 99 empregados nos três anos; 1%, de 100 a 499; e pouco mais de 0,10% tinham 500 ou mais empregados. Contudo, como já dito, em números absolutos, há clara diferença entre a quantidade de estabelecimentos registrados nas faixas de tamanho que correspondem às maiores firmas entre um município e outro.

**Tabela 20** – Número de estabelecimentos formais e participação relativa segundo o tamanho do estabelecimento (em número de empregados) nos municípios selecionados, 2005, 2010 e 2016

(0		, .	/ . \
(Continua	na	proxima	pagina)

	Tamanho do	Ano						
Município	Estabelecimento	200	2005		2010		2016	
_	(em nº de	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)	
	empregados)				, ,		, ,	
	0 Empregado	1.529	11,16	1.909	11,11	2.471	11,94	
	De 1 a 4	7.607	55,51	9.296	54,08	11.264	54,45	
	De 5 a 9	2.220	16,20	2.856	16,62	3.486	16,85	
Commercial MC	De 10 a 19	1.236	9,02	1.610	9,37	1.822	8,81	
Campo Grande-MS	Até 19	12.592	91,89	15.671	91,17	19.043	92,05	
	De 20 a 99	912	6,65	1.249	7,27	1.371	6,63	
	De 100 a 499	156	1,14	213	1,24	217	1,05	
	500 ou mais	44	0,32	56	0,33	57	0,28	
	Total=100	13.704	100	17.189	100	20.688	100	
Feira de Santana-BA	0 Empregado	785	10,29	988	9,85	1.340	10,95	
	De 1 a 4	4.259	55,83	5.464	54,47	6.733	55,02	
	De 5 a 9	1.306	17,12	1.770	17,65	2.071	16,92	
	De 10 a 19	705	9,24	937	9,34	1.146	9,37	
	Até 19	7.055	92,49	9.159	91,31	11.290	92,26	
	De 20 a 99	500	6,55	733	7,31	807	6,59	
	De 100 a 499	69	0,90	127	1,27	124	1,01	
	500 ou mais	4	0,05	12	0,12	16	0,13	
	Total=100	7.628	100	10.031	100	12.237	100	
Juiz de Fora-MG	0 Empregado	1.384	11,46	1.583	11,13	1.596	10,71	
	De 1 a 4	7.075	58,61	8.159	57,37	8.515	57,14	
	De 5 a 9	1.966	16,29	2.315	16,28	2.514	16,87	
	De 10 a 19	963	7,98	1.205	8,47	1.242	8,33	
	Até 19	11.388	94,33	13.262	93,25	13.867	93,05	
	De 20 a 99	567	4,70	797	5,60	874	5,86	
	De 100 a 499	102	0,84	142	1,00	137	0,92	
	500 ou mais	15	0,12	21	0,15	25	0,17	
	Total	12.072	100	14.222	100	14.903	100	

(Continuação)

Município	Tamanho do	Ano						
	Estabelecimento (em nº de empregados)	20	2005		2010		2016	
		Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)	Núm.	Partic.(%)	
	0 Empregado	1.684	12,23	2.091	12,43	2.061	11,30	
	De 1 a 4	7.853	57,02	9.202	54,70	10.157	55,68	
	De 5 a 9	2.269	16,47	2.819	16,76	3.088	16,93	
	De 10 a 19	1.092	7,93	1.454	8,64	1.624	8,90	
Londrina-PR	Até 19	12.898	93,65	15.566	92,53	16.930	92,81	
	De 20 a 99	743	5,39	1.073	6,38	1.138	6,24	
	De 100 a 499	111	0,81	167	0,99	156	0,86	
	500 ou mais	21	0,15	16	0,10	17	0,09	
	Total=100	13.773	100	16.822	100	18.241	100	
Ribeirão Preto-SP	0 Empregado	1.752	11,63	2.208	11,37	2.459	11,20	
	De 1 a 4	8.274	54,93	10.223	52,66	11.686	53,24	
	De 5 a 9	2.631	17,47	3.431	17,67	3.906	17,80	
	De 10 a 19	1.304	8,66	1.901	9,79	2.101	9,57	
	Até 19	13.961	92,68	17.763	91,50	20.152	91,81	
	De 20 a 99	952	6,32	1.420	7,31	1.544	7,03	
	De 100 a 499	130	0,86	205	1,06	221	1,01	
	500 ou mais	21	0,14	25	0,13	32	0,15	
	Total=100	15.064	100	19.413	100	21.949	100	
Uberlândia-MG	0 Empregado	1.821	14,00	2.232	13,57	2.847	14,37	
	De 1 a 4	7.145	54,92	8.810	53,54	10.678	53,88	
	De 5 a 9	2.009	15,44	2.725	16,56	3.147	15,88	
	De 10 a 19	1.139	8,76	1.421	8,64	1.750	8,83	
	Até 19	12.114	93,12	15.188	92,31	18.422	92,96	
	De 20 a 99	735	5,65	1.060	6,44	1.165	5,88	
	De 100 a 499	137	1,05	167	1,01	188	0,95	
	500 ou mais	23	0,18	39	0,24	42	0,21	
	Total=100	13.009	100	16.454	100	19.817	100	

Fonte: RAIS/MTE/FAT. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Em Juiz de Fora, pode-se perceber percentuais relativos um pouco mais elevados referentes ao número de estabelecimentos registrados na faixa "Até 19" empregados, embora em desaceleração ao longo dos três anos – 94,33% em 2005; 93,25% em 2010, e 93,05% em 2016. Na faixa de "1 a 4" empregados, as participações relativas também foram mais elevadas nesse município do que nos dois anteriores – 58,61% em 2005; 57,37% em 2010, e 57,14% em 2016. Nas demais faixas de tamanho, os percentuais mostraram-se pouco mais baixos - em torno de 16% a 17% das firmas empregadoras tinham de 5 a 9 empregados nos três anos estudados; 8%,

de 10 a 19; 5% a 6%, de 20 a 99; 1%, de 100 a 499; e pouco mais de 0,10% das firmas tinham 500 ou mais empregados.

Com participações relativas próximas àquelas apresentadas pelos três municípios anteriores, Londrina registrava, em 2005, cerca de 94% de seus estabelecimentos formais na faixa de tamanho "Até 19" empregados, passando para 92,53%, em 2010, e 92,81% em 2016. Aproximadamente 56% a 57% das firmas tinham de 1 a 4 empregados nesses três anos; 16% a 17%, de 5 a 9, e 8% a 9%, de 10 a 19. Embora com número de firmas superior nas faixas de tamanho com mais de 20 empregados relativamente ao número observado nos municípios de Feira de Santana e Juiz de Fora, Londrina evidenciou participações relativas próximas às desses municípios considerando-se o total de seus estabelecimentos formais.

Ribeirão Preto apresentou participações relativas entre 92% e 93% referentes ao número de empregadores na faixa "Até 19" empregados, sendo que, nesta faixa, tal como nos demais municípios, o percentuais mais elevados foram percebidos nas faixas "De 1 a 4", "De 5 a 9" e " De 10 a 19 – em torno de 53% a 54%, 17% a 18% e 9%, respectivamente, nos anos selecionados. Na faixa "De 20 a 99" empregados estiveram concentrados 6% a 7% das firmas registradas, enquanto nas faixas "De 100 a 499" e "500 ou mais" as participações relativas foram de 1% e de 0,13% a 0,15%, respectivamente. Cabe ressaltar, no entanto, que, em todos os três anos, o número absoluto do total de estabelecimentos desse município foi superior aos números apresentados pelos demais.

Em Uberlândia, o quadro da distribuição do quantitativo de empregadores formais se aproximou mais dos quadros apresentados por Ribeirão Preto, Londrina e Juiz de Fora, com participações relativas variando entre 92% e 93% concernentes à concentração de firmas na faixa de tamanho "Até 19" empregados nos anos 2005, 2010 e 2016. Nessa faixa, em torno de 54% a 55% do total de estabelecimentos tinham de 1 a 4 empregados; 16% a 17%, de 5 a 9, e 9%, de 10 a 19. Aproximadamente 6% do total dos empregadores do município estavam na faixa "De 20 a 99" empregados, enquanto 1% estava na faixa "De 100 a 499" e menos de 0,5%, na de "500 ou mais", embora, deva-se observar, que, em relação a cinco dos municípios estudados (exceto Campo Grande), Uberlândia apresentou mais firmas registradas nas faixas com mais de 100 empregados em 2005, perdendo apenas para Ribeirão Preto, onde o número de empregadores formais foi mais elevado em 2010 e 2016.

A partir deste primeiro levantamento sobre a distribuição do total de estabelecimentos formais nos municípios selecionados, segundo o tamanho dos mesmos em número de empregados, outros estudos podem detalhar as características dessas firmas empregadoras, a fim de possibilitar melhor conhecimento da atividade econômica que acontece nesses municípios polo.

## 5 - Considerações Finais

No que se refere à análise geral do número de empregadores formais nos municípios selecionados, no período 2000 a 2016, observou-se que, a exemplo do que aconteceu em âmbito nacional, a dinâmica da atividade econômica do País impactou a variação anual do quantitativo de estabelecimentos em cada município. Esse impacto não se deu de maneira uniforme em todos eles; enquanto alguns iniciaram os anos 2000 com taxas anuais mais elevadas, outros, como Juiz de Fora e Campo Grande, registraram taxas mais modestas. Contudo, foi comum, em quase todos os municípios, a manifestação de ritmo mais acelerado de crescimento entre os anos 2007 e 2010, seguindo-se uma trajetória de desaceleração a partir de 2011, que culminou na redução no número de estabelecimentos nos anos 2015 e 2016.

As informações atinentes à distribuição dos estabelecimentos formais segundo os setores e subsetores de atividade econômica, nos municípios estudados, evidenciaram que, em todos eles, os setores que mais concentram as firmas são Comércio e Serviços, assumindo estes o primeiro ou o segundo lugar a depender do município considerado. Por serem municípios polo em suas mesorregiões e estados, ofertam ampla gama de atividades comerciais e nos serviços, conformando um setor terciário com forte polarização sobre os municípios circunvizinhos. Cabe ressaltar também a relevância dos setores Indústria de Transformação, Construção Civil e Agropecuária, os quais, embora em diferentes posições quanto à concentração do quantitativo de empregadores formais, completam o quadro das atividades econômicas em cada município.

Por fim, no que tange ao tamanho dos estabelecimentos, o estudo demonstrou que, nos seis municípios selecionados, predominam as firmas com até 19 empregados, seguidos dos que têm 20 a 99, dos que têm de 100 a 499 e, por fim, dos que contam com 500 ou mais empregados. Embora estes últimos sejam os estabelecimentos com parcela expressiva de vínculos empregatícios, a significativa quantidade de empregadores formais com até 19 empregados evidencia a crescente importância desses estabelecimentos menores no âmbito da empregabilidade nos municípios estudados.